

# **Relatório do Conselho de Administração 2000**



**Banco de Cabo Verde**

**BANCO DE CABO VERDE**

**RELATÓRIO  
DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO**

**GERÊNCIA  
DE  
2000**

**RELATÓRIO E CONTAS**

**PRAIA  
2000**

Banco de Cabo Verde  
Avenida Amílcar Cabral, c.p. 101  
Telefone: (238) 607000 Fax: (238) 614447  
E-mail: [DEE@bcv.cv](mailto:DEE@bcv.cv)  
Internet: [http:\ www.bcv.cv](http://www.bcv.cv)

## ÍNDICE

<b>Apresentação.....</b>	<b>9</b>
<b>Iª Parte - Evolução Económica e Financeira da Economia Caboverdiana em 2000.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo I ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo II EVOLUÇÃO ECONÓMICA NACIONAL.....</b>	<b>16</b>
<b>1 PROCURA, PRODUÇÃO, PREÇOS E MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>16</b>
1.1 PROCURA .....	16
1.1.1 Consumo.....	17
1.1.2 Investimento.....	17
1.1.3 Exportações e Importações.....	19
1.2 PRODUÇÃO.....	20
1.2.1 Agricultura e Pesca.....	21
1.2.2 Indústria.....	21
1.2.3 Construção.....	21
1.2.4 Serviços.....	22
1.2.5 Turismo.....	23
1.3 PREÇOS.....	24
1.4 MERCADO DE TRABALHO.....	26
<b>2 SECTOR EXTERNO.....</b>	<b>30</b>
2.1 BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	30
2.1.1. BALANÇA CORRENTE .....	31
2.1.1.1 Balança de Bens.....	32
2.1.1.2 Balança de Serviços.....	34
2.1.1.3 Balança de Rendimentos.....	35
2.1.1.4 Transferências Correntes.....	36
2.1.2 BALANÇA DE CAPITAIS E OPERAÇÕES FINANCEIRAS.....	37
2.1.2.1 Financiamento.....	38
2.1.2.2 Dívida Externa.....	38
2.2 MERCADO CAMBIAL.....	40

3 FINANÇAS PÚBLICAS.....	42
3.1.1 Receitas Públicas.....	43
3.1.2 Despesas Públicas.....	45
3.1.3 Dívida Pública.....	46
3.2 MERCADO DE TÍTULOS.....	47
3.2.1 Mercado de Bilhetes de Tesouro.....	47
3.2.2 Mercado de Obrigações de Tesouro.....	48
4 SITUAÇÃO MONETÁRIA.....	48
4.1 Análise do Comportamento Monetário em 2000.....	48
4.2 Contrapartidas da Criação Monetária.....	50
5 TAXAS DE JURO.....	52
<b>Capítulo III SISTEMA FINANCEIRO.....</b>	<b>54</b>
1 INTRODUÇÃO.....	54
2 SISTEMA BANCÁRIO.....	55
2.1 ESTRUTURA DO AGREGADO FINANCEIRO.....	55
2.1.1 Evolução do Activo.....	57
2.1.2 Evolução do Passivo.....	57
2.1.3 Análise de Resultados.....	58
2.2 INDICADORES DO SISTEMA BANCÁRIO.....	60
2.3 PRINCIPAIS RISCOS BANCÁRIOS.....	60
3 SISTEMA SEGURADOR.....	62
3.1 Mercado Segurador.....	63
3.2 Carteira de Prémios.....	63
3.3 Aspectos Financeiros.....	65

<b>II Parte - Relatório e Contas.....</b>	<b>69</b>
I ACTIVIDADES DO BANCO DE VERDE 2000.....	69
1.1 EXECUÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA.....	69
1.1 Execução da Política Monetária.....	69
1.2 Execução da Política Cambial.....	69
2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS.....	69
2.1 Departamento de Emissão e Mercados.....	70
2.2 Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos.....	70
2.3 Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras.....	71
2.4 Departamento de Recursos Humanos, Planeamento e Sistemas de Informação.....	72
2.5 Departamento de Contabilidade e Sistemas de Pagamentos.....	73
2.6 Departamento de Administração Geral e Serviços de Apoio.....	73
2.7 Departamento de Serviços Jurídicos.....	74
2.8 Cooperação com Outras Instituições.....	74
3 RELATÓRIO E CONTAS.....	76
3.1 Análise do Balanço.....	79
3.2 Demonstração de Resultados do Exercício.....	85
3.3 Análise da Demonstração de Resultados do Exercício.....	86
3.4 Auditoria.....	88

## **Apresentação**

*Os principais indicadores da economia cabo-verdiana para o ano 2000 deixam transparecer a continuidade da dinâmica positiva verificada no ano anterior, não obstante a envolvente económica externa marcada por uma evolução menos favorável, sobretudo a partir do 2º semestre.*

*Estimativas do Banco de Cabo Verde apontam para um crescimento do produto interno bruto da ordem dos 7,9%. A taxa de inflação fixou-se nos 2,4% negativos. A taxa de desemprego apresentou níveis mais baixos em relação ao ano anterior. Contudo, continua evidente o carácter estrutural que assume esta problemática em Cabo Verde.*

*O crescimento do produto nacional, reflectiu a evolução da procura interna, sobretudo na sua componente consumo, com particular destaque para o consumo público. O acréscimo das despesas correntes e extraordinárias do Estado determinaram a deterioração do saldo orçamental, que, neste ano, representa 9,9% do PIB. Contrariamente ao que seria de esperar, o défice orçamental não provocou uma subida de preços, manifestou-se ao nível do défice da balança corrente, em virtude da forte dependência da economia cabo-verdiana em relação às importações de bens e serviços.*

*Assim sendo, o saldo global da balança de pagamentos apresentou um défice de 3000,5 milhões de ECV, quando em 1999, havia sido de 3369,4 milhões de ECV. Os saldos positivos registados nas balanças de serviços e de transferências (representando as transferências cerca de 64% da balança de bens), revelaram-se insuficientes para evitar a deterioração da posição externa da economia cabo-verdiana, na ausência de entradas significativas a nível da balança de capitais e operações financeiras.*

*Em virtude do forte crescimento da procura interna, a massa monetária regista uma taxa de crescimento de 13,3%, acompanhando o ritmo de expansão do crédito interno de cerca de 24,8% e, em particular do crédito líquido ao sector público, resultando assim numa diminuição das reservas face ao imperativo da manutenção da paridade fixa da moeda cabo-verdiana.*

*A taxa de câmbio efectiva real depreciou-se na ordem dos 6,4% apontando para uma melhoria da competitividade das exportações cabo-verdianas.*

## Síntese dos Indicadores Económico

	Unidades	1998	1999	2000
<b>Sector Real</b>				
PIB real <sup>1</sup>	tv em %	6,4	9,5	7,9
Produto per Capita <sup>1</sup>	USD	1.346,3	1.262,3	1274,3
IPC (Taxas de variação média)	tvm em %	4,4	4,4	-2,4
Taxa de Desemprego <sup>4</sup>	tv em %	26,0	25,4	21,0
<b>Sector Monetário e Câmbial</b>				
Reservas Internacionais Líquidas do Sistema	tv em %	0,6	43,6	-12,0
Banco de Cabo Verde	tv em %	-18,2	85,2	-37,4
Reservas Internacionais Líquidas	tv em %	-55,7	530,9	-29,8
Outros Activos Externos (líquidos)	tv em %	5,3	-31,9	-55,9
Crédito Interno Líquido	tv em %	6,1	11,4	24,8
Massa Monetária (M2)	tv em %	2,7	15,2	13,3
Taxa de Câmbio Nominal CVE/USD	tvm em %	98,0	102,7	115,9
Índice de Taxas de Câmbio Efectivas Nominal	tvm em %	84,1	82,7	81,4
Índice de Taxas de Câmbio Efectivas Real	tvm em %	98,6	82,7	93,3
<b>Sector Externo</b>				
Exportações Bens e Serviços	em % do PIB	22,1	22,3	26,7
Importações bens e Serviços	em % do PIB	57,2	60,3	60,8
Défice Conta Corrente	em % do PIB	10,7	12,6	11,1
Dívida Externa Efectiva	em % do PIB	45,5	51,5	55,7
Serviços da Dívida <sup>2</sup>	em % do PIB	3,9	1,8	2,1
Dívida Externa / Export. de Bens e Serv.	em %	210,6	230,8	208,5
Reservas/Importações	meses	1,9	3,0	1,9
<b>Finanças Públicas<sup>3</sup></b>				
Receitas Totais (s/ donativos)	em % do PIB	22,2	22,5	20,8
Donativos	em % do PIB	10,0	7,2	4,9
Despesas Totais	em % do PIB	36,2	36,4	35,5
Défice Orçamental Global				
Excluindo Donativos	em % do PIB	-14,0	-13,8	-14,8
Incluindo Donativos	em % do PIB	-4,0	-6,6	-9,9

Fonte: BCV

<sup>1</sup> Estimativas do BCV

<sup>2</sup> Inclui o pagamento de juros e capital

<sup>3</sup> Estimativas do Ministério das Finanças

<sup>4</sup> A taxa de desemprego foi calculada com base nos inquéritos do Observatório das Migrações IIEFP

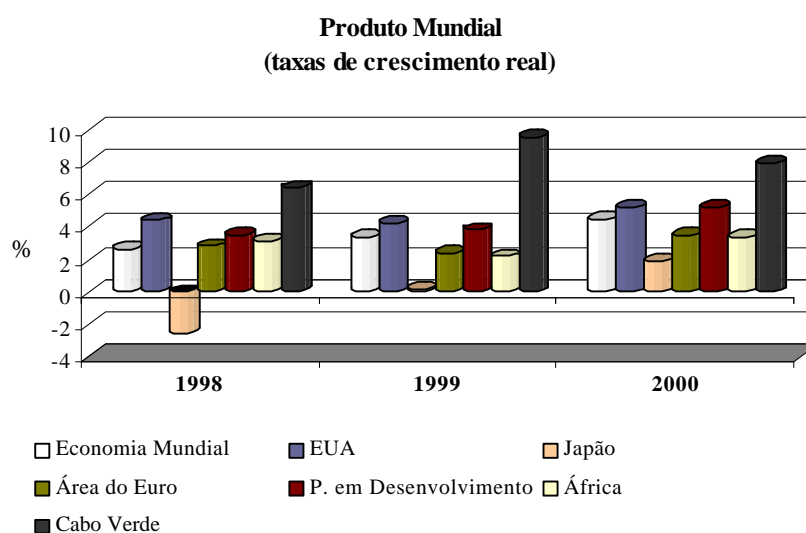


## Iª Parte

### Evolução Económica e Financeira Cabo-verdiana em 2000

#### Capítulo I - ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

A economia mundial em 2000 cresceu 4,5%, não obstante a desaceleração que começou a evidenciar-se no 2º semestre do ano, em virtude essencialmente dos efeitos da subida do preço do petróleo.

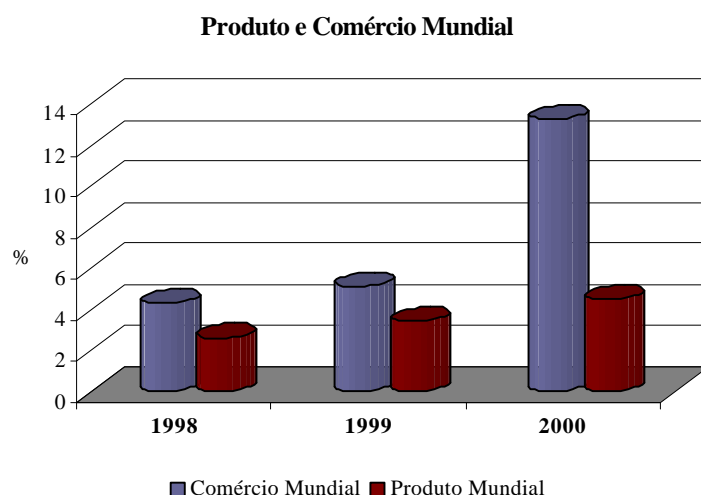


Fonte: Projectões FMI e OCDE

A continuidade de expansão da economia americana, a recuperação das economias da área do euro, a retoma no crescimento dos países asiáticos emergentes e a moderada recuperação da economia japonesa favoreceram a evolução do produto mundial na primeira metade do ano.

Contudo, a desaceleração cíclica da economia mundial que iniciou nos meados do ano em análise, accionada em grande medida por uma rápida perda de ritmo da economia americana, em consequência do aumento das taxas de juro e do preço do petróleo, intensificou-se repentinamente, por volta do fim de ano.

O sentimento dos mercados financeiros mudou abruptamente em Novembro, ilustrando a intensa interacção existente entre os mercados financeiros e a dinâmica de curto prazo entre a produção e o comércio.



Fonte: Projectões FMI e OCDE

#### ***Caixa n.º 1: O Preço do Petróleo e a Valorização do Dólar Americano***

A alta dos preços do petróleo reforçada pela valorização do dólar americano, tem exercido uma pressão ascendente sobre os preços a nível global.

Efectivamente, o desempenho da economia mundial em 2000, foi substancialmente afectado pela trajectória ascendente que se tem verificado ao nível dos preços do petróleo desde 1999 (estima-se um crescimento de 45,5% para 2000, quando em 1999 foi de 38,7% e (-) 32,1% em 1998). De realçar, que o preço médio por barril no mercado sopt aumentou de 26,6 dólares americanos (USD) no 1º trimestre de 2000 para 32,5USD em Novembro. Apenas o mês de Dezembro conheceu algum sinal de baixa. A combinação de vários factores concorreu para a evolução conhecida do preço do petróleo, nomeadamente, restrições do lado da oferta, num contexto de forte procura, dado o dinamismo da actividade económica; situação de baixos stocks e, o reacender de tensões políticas no Médio Oriente. Desenvolvimentos ocorridos nos preços do crude resultam principalmente em pressões inflacionistas, induzindo a aumentos das taxas de juros reais (EUA e Europa), bem como pressões na balança de pagamentos dos países importadores.

Por seu turno, o desempenho favorável da economia americana condicionou a evolução do dólar face as outras principais moedas, especialmente o euro. A moeda única europeia depreciou-se em relação ao dólar, desde que foi lançada, cerca de 25%, pondo em causa um dos objectivos que nortearam o seu crescimento - competir com o dólar. Contudo, depois de ter atingido um mínimo histórico, próximo de 0,82 euros por dólar em Outubro de 2000, o euro encetou uma recuperação que o levou a ultrapassar a barreira 0,90 EUR/USD, no final do ano

Segundo as projecções da OCDE para os EUA, o PIB em termos reais conheceu um crescimento na ordem dos 5,2 % (4,2% em 1999), enquanto a taxa de inflação atinge os 2,5% (2,0% em 1999) e a taxa de desemprego situou-se nos 4,0% (4,2 % em 1999).

Este desempenho tem sido atribuído à flexibilidade dos mercados de trabalho e do produto e à solidez das políticas macroeconómicas seguidas. O crescimento da produtividade do trabalho, associado ao investimento nas tecnologias de informação, tem criado uma discussão em torno da existência de um novo paradigma - a nova economia - com forte crescimento simultâneo do produto e da produtividade<sup>1</sup>. O gap de crescimento entre os Estados Unidos e a Europa tem sido explicado pela emergência da nova economia.

As políticas macroeconómicas seguidas, por seu lado, visaram um equilíbrio sólido e sustentável: segundo projecções do FMI, o excedente orçamental atingiu os 1,4% do PIB, enquanto a política monetária, atenta aos riscos para a inflação decorrentes da continuidade do crescimento acima ou no limite do produto potencial, tornou-se mais restritiva. O crescimento acentuado da procura interna em relação ao produto, ao contribuir para o aumento das importações de bens e serviços, a par das expectativas associadas à nova economia e a orientação da política monetária, redundando em grandes afluxos de capitais, reflectiu-se no agravamento do défice das transacções correntes, que atingiu os 4,3% do PIB.

Contudo, no último semestre do ano a economia americana desacelerou-se. O anterior ritmo de crescimento do produto caiu para metade, arrastando consigo o investimento privado e forçando a intervenção do FED para baixar as taxas de juro.

### **Área do Euro**

A área do euro conheceu em 2000 um crescimento na ordem dos 3,5%, em termos reais, não obstante a taxa de inflação ter aumentado 0,1 p.p. em relação ao ano anterior. A evolução da inflação reflectiu a depreciação do euro face ao dólar e a subida do preço do petróleo.

---

<sup>1</sup> A produtividade, mais do que a utilização laboral tem sido o grande mérito da nova economia. O aumento da produção por trabalhador é grandemente atribuído à melhoria do nível médio de competências daqueles que estão empregados.

A política monetária do Banco Central Europeu regeu-se pelo objectivo de contrariar os riscos inflacionistas.

Reflectindo as sucessivas subidas das taxas das operações da política monetária, a taxa de juro de curto prazo passou de 3,0% em média em 1999 para 4,4% em 2000. O mercado de trabalho, por seu turno, registou um desenvolvimento positivo (a taxa de desemprego caiu de 10,0% em 1999 para 9,0% em 2000).

A economia europeia tem sido a mais resistente ao arrefecimento da economia mundial, procurando vencer o desafio a que se propôs: evitar tensões inflacionistas e prolongar a expansão.

### **Japão**

A economia japonesa em 2000 continuou a evidenciar sinais de recuperação, iniciada em 1999, passando a taxa de crescimento do PIB em termos reais de 0,2% para 1,9%, segundo projecções da OCDE, com a taxa de desemprego a atingir 4,7%, valor historicamente elevado nesta economia. A evolução dos índices de preços sugere uma situação de deflação em 2000. A variação anual do índice de preços no consumidor atinge -1,5%. Esta evolução dá-se no contexto de uma política monetária de taxa de juro zero e de uma política orçamental fortemente expansionista.

### **Economias em Desenvolvimento**

As economias em desenvolvimento em 2000 cresceram a uma taxa média de 5%, reflectindo o aumento dos fluxos de capitais internacionais.

Segundo estimativas do FMI, África atinge uma taxa de crescimento de cerca de 3,4%, enquanto o médio oriente de 4,8%. Em cada grupo de países, o desempenho foi sobretudo favorável aos países produtores de petróleo e, em geral, desfavorável aos importadores de petróleo e exportadores de um ou outro conjunto limitado de matérias primas. Revelou-se igualmente importante a solidez das políticas económicas seguidas, bem como a estabilidade política.

A Ásia, com um crescimento de 6,7%, consolidou o processo de recuperação encetado em 1999, pese embora o facto dos países da Ásia Oriental serem os mais atingidos, pela queda abrupta das importações americanas de alta tecnologia registada a partir do 2º semestre de 2000.

Nos países do Hemisfério Ocidental (especialmente o México, favorecido pelo desempenho da economia americana, pela subida de preço do petróleo e pela continuação da aplicação de medidas de reestruturação do sistema bancário) projecta-se um crescimento médio do produto na ordem dos 4,5%.

Os fluxos de capitais para os países em desenvolvimento conheceram um grande impulso em 2000, recuperando das reduções do final da década de 90.

Projeções do Banco Mundial indicam que muito embora os fluxos financeiros para os países em desenvolvimento estejam a crescer, a sua participação no PIB e para as exportações nacionais continuam abaixo dos níveis atingidos nos meados da década de 1990.

Por seu turno, o investimento directo estrangeiro nos países em desenvolvimento caiu ligeiramente em 2000, com a desaceleração do financiamento internacional para projectos de privatizações na América Latina e das fusões e aquisições de empresas na Ásia Oriental.

Ante o cenário de arrefecimento da economia mundial, as perspectivas para os países em desenvolvimento apontam para impactos diferenciados que poderão gerar tanto riscos como oportunidades.

## Capítulo II - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL

De acordo com as estimativas realizadas pelo Banco de Cabo Verde, em 2000, a economia caboverdiana apresentou uma taxa de crescimento da ordem dos 7,9%, em termos reais. Este crescimento fez-se acompanhar de uma taxa de inflação negativa de cerca de 2,4% e de uma taxa de desemprego inferior à do ano anterior em cerca de 4,4 pontos percentuais. O comportamento do produto nacional cabo-verdiano espelha o dinamismo da procura interna, determinada fundamentalmente pela componente consumo, na sua vertente consumo público, sendo notório o acréscimo das despesas correntes e extraordinárias do Estado. Tal comportamento reflectiu-se num aumento do défice orçamental, repercutindo-se este, por sua vez, negativamente ao nível do saldo global da balança de pagamentos.

### 1.PROCURA, PRODUÇÃO, PREÇOS E MERCADO DE TRABALHO

#### 1.1 PROCURA

De acordo com estimativas do BCV, a economia cabo-verdiana cresceu em 2000 cerca de 7,9% em termos reais, contra os 9,5% registados em 1999.

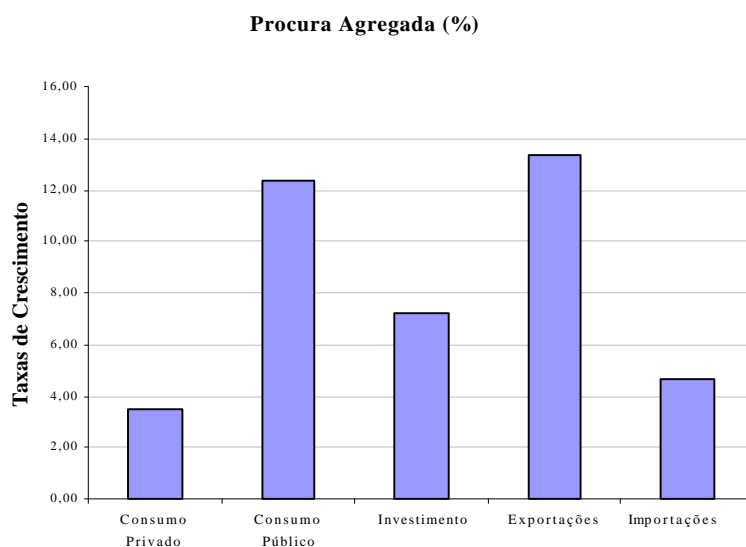
#### Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

	1998	1999			2000		
	Preços Correntes	Txas. de Cresc. Real	Txas. de Cresc. preços	Preços Correntes	Txas. de Cresc. Real	Txas. de Cresc. preços	Preços Correntes
Consumo Famílias	42.403,0	7,0	4,4	47.355,0	3,5	-2,4	47.836,0
Consumo Público	11.425,0	28,1	3,8	15.195,0	12,3	3,5	17.665,0
Investimento	20.552,0	16,4	2,4	22.839,0	7,2	-3,2	23.126,0
Público	3.972,0	0,5	2,4	4.087,0	-18,8	2,0	3.385,0
Privado	12.451,0	11,0	2,4	14.152,0	13,4	-3,2	15.541,0
Cont. Proc. Interna	-----	17,7	-----	-----	7,4	-----	-----
Exportações	10.271,0	14,8	4,3	14.079,0	13,4	3,0	16.441,0
(-) Importações	32.007,0	18,4	0,7	38.534,0	4,7	1,3	40.852,0
Cont. Proc. Externa	-----	-8,2	-----	-----	0,5	-----	-----
<b>PIB</b>	<b>52.644,0</b>	<b>9,5</b>	<b>5,7</b>	<b>60.934,0</b>	<b>7,9</b>	<b>-2,3</b>	<b>64.217,0</b>

Fonte: Estimativas Rápidas do PIB

O contributo positivo da procura interna, resultante da evolução positiva das suas principais componentes, foi determinante para o comportamento favorável da economia, sendo de realçar o consumo público como a componente que mais contribuiu para a referida taxa de crescimento do

produto. A procura externa teve igualmente um contributo positivo para o crescimento do produto, com as exportações de bens e serviços a registarem uma taxa de crescimento de 13,4%.



### 1.1.1 Consumo

Em 2000, o consumo das famílias, variável determinante da procura interna, apresentou uma taxa de crescimento de 3,5% que se contrapõe aos 7,0% de 1999, representando 74,5% da composição do PIB.

A evolução positiva do consumo das famílias em 2000 poderá ser explicada pelo aumento do rendimento disponível das famílias, tendo em conta o aumento nominal dos salários e a deflação registada.

O consumo público cresceu cerca de 12%, representando 27,5% do PIB reflexo sobretudo do aumento verificado nas despesas com o pessoal.

### 1.1.2 Investimento

Estima-se que o investimento tenha crescido, devido fundamentalmente ao comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF que aumentou, em termos reais, cerca de 7,0% no ano 2000.

### Formação Bruta de Capital Fixo

milhões de ECV,%

	1998	1999	2000
	Pr. Corrent	Taxas de Crescimento Real	
Construção	11.841	5,2	10,8
Bens de equipamento	3.605	1,5	9,2
Material de transporte	977	82,3	-15,9
<b>Total de FBCF</b>	<b>16.422</b>	<b>16,4</b>	<b>7,2</b>

Fonte: BCV

Esta evolução positiva traduz o grau de investimentos que vêm sendo realizados ao nível da construção e nos bens de equipamento.

A rubrica construção apresenta no ano uma taxa de crescimento de 10,8% enquanto que o investimento em bens de equipamento cresce cerca de 9%, em termos reais. O aumento das importações em bens de equipamentos, na ordem dos 14%, reflecte o crescimento registado na rubrica investimento em bens de equipamento.

### Alguns Indicadores de Investimento ( Taxas de Variação Homóloga)

	%	
	1999	2000
Vendas de Cimento	52,4	6,8
Nº de Licenças emitidas para construção	0,6	0,0
Importações de bens de equipamento	3,7	14,0
Importações de Material de transporte	81,5	(7,4)
Importações de veículos ligeiros e pesados	47,2	15,2

Fonte: Inquéritos às empresas de construção; Câmaras Municipais;

Empresas de aluguer e venda de automóveis; Dir. Geral das Alfândegas ; BCV

O investimento em material de transporte regista, por sua vez, uma desaceleração da ordem dos 16% em 2000, o que poderá estar relacionado com a redução das importações de material de transporte em 7,4% face ao ano transacto.



### 1.1.3 Exportações e Importações

Em 2000, tanto as exportações como as importações, de bens e serviços, conheceram um crescimento, em termos reais, de 13,4% e 4,7%, respectivamente.

Relativamente aos mercados de colocação das exportações cabo-verdianas, quer dos produtos tradicionais quer dos produtos transformados, verifica-se que Portugal continua a ser o principal mercado de destino, representando cerca de 80% das exportações totais do país.

#### Distribuição Geográfica das Exportações

milhões de ECV			
	1998	1999	2000
Guiné Bissau	0,0	24,9	4,9
Países Baixos	1,8	9,9	3,5
Portugal	910,4	1.062,8	1.019,0
França	7,0	4,9	1,1
Espanha	74,3	34,2	44,0
Outros	30,4	48,2	199,5
Total	<b>1.023,9</b>	<b>1.184,9</b>	<b>1.272,0</b>

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; BCV

No tocante às importações de bens e serviços, estas acompanharam a dinâmica que se vem verificando na procura interna, com particular ênfase, ao nível do consumo e do investimento privado.

No que diz respeito à origem das importações cabo-verdianas, Portugal continua a ser o principal fornecedor, representando 52,4% das importações totais do país, seguido dos Países Baixos cuja participação foi de 13,0%.

De realçar que no ano em análise, a taxa de câmbio efectiva real (TCER), acusou uma depreciação do ECV da ordem dos 6,4%, factor esse que poderá ter contribuído para o aumento da competitividade externa da economia.

## Distribuição Geográfica das Importações

	milhões de ECV		
	1998	1999	2000
Alemanha	1.028,4	498,2	400,4
Espanha	544,8	618,5	697,9
E.U.A	1.260,6	865,8	977,1
França	1.112,7	612,5	1.200,0
Países Baixos	1.525,6	4.531,0	3.581,0
Portugal	10.506,4	13.436,7	14.422,1
Reino Unido	606,7	726,6	503,6
Suécia	164,2	30,8	13,3
Outros	5.645,2	4.163,8	5.721,1
<b>Total</b>	<b>22.394,6</b>	<b>25.483,9</b>	<b>27.516,5</b>

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; BCV

## 1.2 PRODUÇÃO

Analisando a evolução económica pelo lado da oferta, no ano 2000 o PIB cresceu cerca de 5,4%, em termos nominais, e 7,9%, em termos reais. Os sectores que mais contribuíram para esta evolução foram os sectores da indústria, a construção e serviços, com taxas nominais da ordem dos 5%, 8% e 8,1%, respectivamente. Em termos de estrutura, regista-se que o sector dos serviços continua a ser o que detém um maior peso na formação do produto, representando cerca de 62,4% do PIB.

## Evolução do PIB - Óptica da Oferta

	1998		1999		2000	
	P. Correntes	Tx.Cresc.nom.	P. Correntes	Tx.Cresc.nom.	P. Correntes	Tx.Cresc.nom.
Agricultura	5.405,1	7,6	6.840,4	26,6	6.265,6	-8,4
Pesca	725,9	1,6	813,0	12,0	739,8	-9,0
Indústria	4.952,0	5,7	5.397,7	9,0	5.667,6	5,0
Construção	5.071,3	23,3	6.136,3	21,0	6.627,2	8,0
Serviços <sup>(1)</sup>	31.936,2	11,9	37.046,0	16,0	40.046,7	8,1
<b>PIB <sup>(2)</sup></b>	<b>52.958,0</b>	<b>12,3</b>	<b>60.934,0</b>	<b>15,1</b>	<b>64.217,0</b>	<b>5,4</b>

Fonte: FMI; INE

<sup>(1)</sup> Serviços excluindo os serviços bancários intermediários

<sup>(2)</sup> Produto interno bruto a preços de mercado. O valor nominal do PIB inclui além dos VAB sectoriais, as taxas e impostos sobre as importações(+) e os serviços bancários intermediários (-).

### **1.2.1 Agricultura e Pescas**

Segundo estimativas do BCV, o VAB da agricultura, pecuária e silvicultura registou em 2000 uma redução, em termos nominais, da ordem dos 8% face ao ano transacto, que poderá ser atribuído ao facto de o ano anterior ter sido, em termos de produção agrícola, excepcional.

Segundo o Ministério da Agricultura, estima-se que a produção agrícola em 2000 se aproxime das 47.768 toneladas, contra as 70.170 toneladas de 1999. Para esta queda na produção relativamente ao ano anterior contribuiu a redução na produção de sequeiro, essencialmente na produção de Milho e Feijão.

Relativamente ao sector das Pescas, o VAB neste sector registou, em 2000, uma redução em termos nominais, da ordem dos 9%. Segundo informações dadas pelo INDP, o decréscimo da produção, em 2000, terá resultado da redução das capturas registadas a nível da pesca industrial, sobretudo da captura de pequenos pelágicos.

### **1.2.2 Indústria**

O VAB da indústria registou um acréscimo em termos nominais da ordem dos 5%, contra os 9% de 1999. Esta evolução poderá ser justificada pelo surgimento de 37 novas empresas industriais, localizadas na sua maioria em Santiago e S. Vicente, viradas para as áreas de confecções, recolha, tratamento e distribuição de água dessalinizada, produção de rações e pequenas empresas de panificação, oficinas de carpintaria e empresas de construção. De salientar que as isenções fiscais e aduaneiras têm constituído, cada vez mais, um incentivo à criação de novas empresas com impactos óbvios a nível da produção industrial.

### **1.2.3 Construção**

Por seu turno, o VAB no sector da construção registou, em 2000, um crescimento da ordem dos 8%, termos nominais. A manutenção do n.º de licenças emitidas para construção aos níveis de 1999 e a taxa de crescimento positiva de 6,8% registada ao nível das vendas de cimento, poderão ser indicadores explicativos do comportamento do sector da construção marcado em termos de produção por uma evolução positiva em 2000 face ao ano anterior.

### 1.2.4 Serviços

O sector dos serviços continua a deter um peso importante na estrutura sectorial do PIB, cerca de 62%, não obstante no ano em análise se registar uma desaceleração no ritmo de crescimento do VAB, que passa de 14,7% em 1999 para 9,1% em 2000.

De realçar que os transportes, sobretudo aéreos, as telecomunicações e o turismo são os subsectores que mais têm contribuído para o crescimento do VAB no sector dos serviços.

#### Alguns Indicadores da Actividade do Sector dos Serviços (%)

	1999	2000
<b>Comércio a Retalho</b>		
Vendas de gasolina	5,1	10,5
<b>Transportes</b>		
Vendas de Gasóleo	16,7	4,9
Transporte aéreo - nº passag.transp.	17,5	5,0
Transporte urbano colectivo (autocarro) - nº passag.Transp.	-2,0	-7,4
<b>Comunicações</b>		
Tráfego Postal (nº de envios postais)	-7,9	-6,4
Tráfego (serviço fixo e móvel)		
Serviço fixo		
Tráfego intern. Total (minutos de conversação)	21,2	15,3
Serviço Móvel		
Novas adesões ao serviço	-----	89,6
<b>Serviços Financeiros</b>		
Bancos e OIFNM - Prov. Prod. Directa <sup>(1)</sup>	21,0	43,7
Bancos e OIFNM - Prov. Prod. Indirecta <sup>(2)</sup>	(8,6)	(3,8)
<b>Seguros</b>		
Prémios totais de seguro directo	13,6	13,8
Total prémios ramo vida	7,1	-----
Total prémios ramo não vida	13,7	-----

Fonte: Inquérito às empresas de transporte; aos serviços financeiros, as seguradoras; à Cabo Verde Telecom e outras; BCV

<sup>(1)</sup> Prov. Prod. Directa = Comissões + Outros Proveitos de exploração

<sup>(2)</sup> Prov. Prod. Indirecta = Juros & Proveitos - Juros & Custos + Rendimentos de Títulos

### 1.2.4.1 Turismo

O sector do turismo evidenciou uma grande dinâmica de evolução em 2000. As receitas de turismo cresceram cerca de 61,5%, representando cerca de 7% do PIB, tendo contribuído em 37% para as exportações de serviços. Estima-se que em 2000, o emprego no sector tenha aumentado cerca de 6%.

**Evolução dos Principais Indicadores de Turismo**

	milhões de CVE		
	1998	1999	2000
Receitas de Turismo*	1.982,5	2.900,9	4.686,4
Contribuição p/ o PIB	3,8%	4,8%	7,3%
Participação nos Serviços**	23,4%	26,6%	37,3%

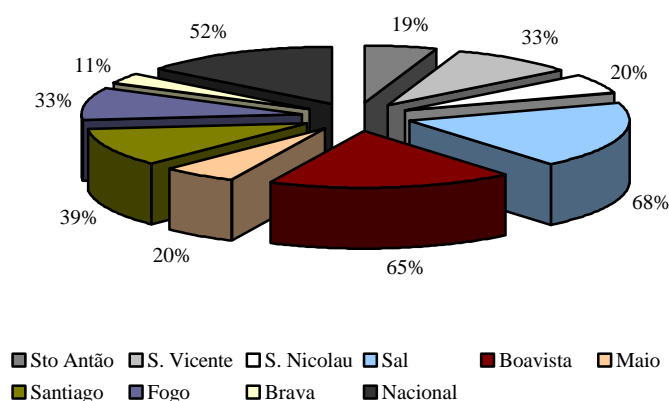
Fonte: Banco de Cabo Verde

\* Crédito de viagens de turismo, Balança de Pagamentos

\*\* Crédito viagens de turismo/crédito total dos serviços

As ilhas de Santiago, Sal, S. Vicente e Boavista concentram a maioria das infraestruturas de turismo do país. Estas, por conseguinte, possuem as mais elevadas taxas de ocupação.

**Taxa de Ocupação-Cama por Ilha**



A procura por Cabo Verde, como destino turístico, conheceu um grande incremento em 2000 (72%) explicado em grande medida pelos ganhos de qualidade conseguidos.

Portugal, Itália e Alemanha são origens dos principais fluxos de turistas, com 28%, 24,8% e 15,3%, respectivamente.

Procura Turística por Ilhas								
	S. Vicente	Sal	Boavista	Maio	Santiago	Outras Ilhas	Total	Estrut. em %
África do Sul	53	4163	7	6	133	107	4469	3,9
Alemanha	2328	9340	1267	101	3095	1500	17631	15,3
Áustria	184	605	70	9	506	108	1482	1,3
Bélgica e Holanda	524	1019	119	26	798	342	2828	2,5
Espanha	848	1982	212	37	1313	312	4704	4,1
EUA	212	950	26	7	709	131	2035	1,8
França	2132	3386	844	82	2880	899	10223	8,9
Reino Unido	77	204	35	7	294	48	665	0,6
Itália	1623	21071	4112	36	1194	478	28514	24,8
Portugal	4523	19562	827	70	6370	830	32182	28,0
Suíça	349	774	277	23	642	261	2326	2,0
Outros Países	1400	2340	731	45	3122	318	7956	6,9
<b>Total</b>	<b>14253</b>	<b>65396</b>	<b>8527</b>	<b>449</b>	<b>21056</b>	<b>5334</b>	<b>115015</b>	<b>100,0</b>

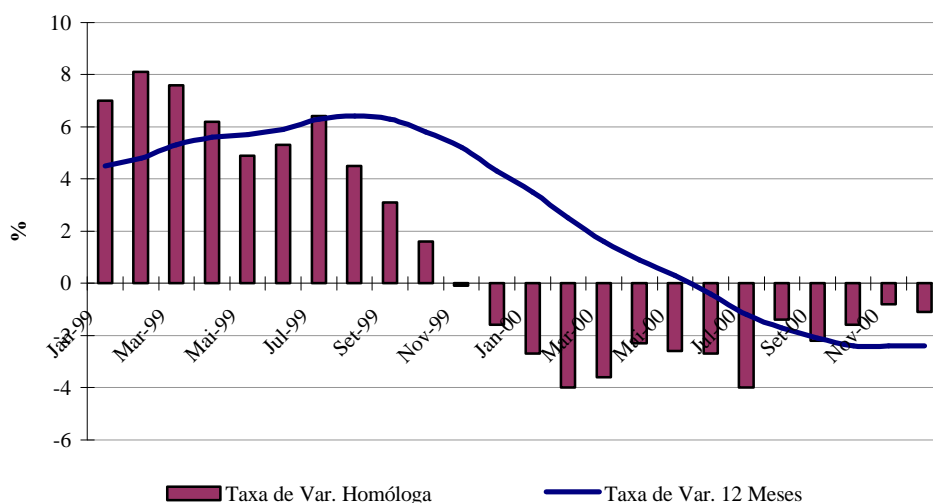
Fonte: INE

### 1.3 PREÇOS

De acordo com os dados do INE, em 2000 o comportamento dos preços seguiu a tendência de redução da taxa de inflação, ao apresentar uma taxa média negativa de 2,4%, que se traduziu num decréscimo de 6,7 p.p. em relação ao ano transacto.

Esta evolução resultou sobretudo dos bons anos agrícolas ocorridos em 1999 e 2000, bem como da manutenção dos preços ao utilizador final dos combustíveis, apesar do forte aumento dos preços de importação.

#### Índice de Preços no Consumidor



Em termos homólogos, a taxa de inflação acusou valores negativos durante todo o ano de 2000, tendo atingido valores máximos nos meses de Fevereiro e Julho.

Numa análise por zonas geográficas constata-se uma acentuada redução dos preços em toda a sua extensão, com particular destaque para as Zonas Rurais, cuja taxa média se situou nos 3,3% negativos.

### **Taxas de Variação do IPC por Zonas Geográficas**

<b>Zonas Geográficas</b>	<b>Var. Média</b>	
	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Praia	8,0	(0,9)
São Vicente	3,8	(0,6)
Zonas Rurais	3,4	(3,3)
<b>Nacional</b>	<b>4,3</b>	<b>(2,4)</b>

Fonte: INE, cálculos do BCV

A nível Nacional, tal evolução é explicada sobretudo pelo comportamento das classes “Alimentares” e “Tabacos e Cigarros” cujas taxas de variação média atingiram os 4,6 e 4,8 porcentos negativos, respectivamente.

De salientar que a redução de 8,2 p.p. (3,6% em 1999 para -4,6% em 2000), registada na taxa de variação média da classe “Alimentares”, deveu-se sobretudo ao decréscimo verificado nas subclasses “Peixes” e “Legumes Frescos”.

### **Taxas de Variação Média do IPC por Classes**

<b>Bens e Serviços adquiridos</b>	<b>(%)</b>		
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>Variação</b>
Alimentares e Bebidas	3,4	(4,6)	(8,0)
Tabaco e Cigarros	2,3	(4,8)	(7,1)
Vestuário e Calçado	7,5	3,7	(3,8)
Habituação, Equipamentos e Materiais de uso Doméstico	8,7	1,2	(7,5)
Bens e Serviços Diversos	1,8	0,0	(1,8)
<b>Total Geral</b>	<b>4,3</b>	<b>-2,4</b>	<b>(6,7)</b>

Fonte: INE, cálculos do BCV

Na perspectiva da transaccionalidade dos bens e serviços, pode-se dizer que a evolução da taxa de inflação média foi determinada fundamentalmente pela redução dos preços dos “Bens não Transaccionáveis”, com particular destaque nesta rubrica para os preços dos “Produtos Alimentares”.

### Taxas de Variação média dos Bens Transaccionáveis e não Transaccionáveis

Classes	1999	2000	Variação em %
<b>Bens Transaccionáveis</b>	1,9	(1,4)	(3,3)
Produtos Alimentares	(1,0)	(5,0)	(4,0)
Produtos não Alimentares	5,2	3,1	(2,1)
<b>Bens não Transaccionáveis</b>	5,8	(3,1)	(8,9)
Produtos Alimentares	5,7	(4,9)	(10,6)
Serviços	7,7	0,3	(7,4)
Combustíveis	0,0	0,0	-
<b>Total Geral</b>	4,3	(2,4)	(6,7)

Fonte: INE, cálculos do BCV

A evolução da taxa de inflação em 2000 resultou do comportamento dos preços da chamada “Componentes não Contemplados”, ou seja, da redução dos preços dos “Bens Alimentares não Transformados” e da manutenção dos preços dos “Bens Industriais Energéticos”.

### Inflação Subjacente (Taxas de Variação Média)

Bens e Serviços adquiridos	1999	2000	Variação em %
<b>Inflação Subjacente</b>	4,2	0,7	(3,5)
Bens Alimentares Transformados	0,2	(0,8)	(1,0)
Bens Industriais não Energéticos	5,3	3,1	(2,2)
Serviços	8,2	0,4	(7,8)
<b>Componente não Contemplada</b>	4,4	(6,4)	(10,8)
Bens Alimentares não Transformados	5,1	(7,3)	(12,4)
Bens Industriais não Energéticos	0,0	0,0	-
<b>Total Geral</b>	4,3	(2,4)	(6,7)

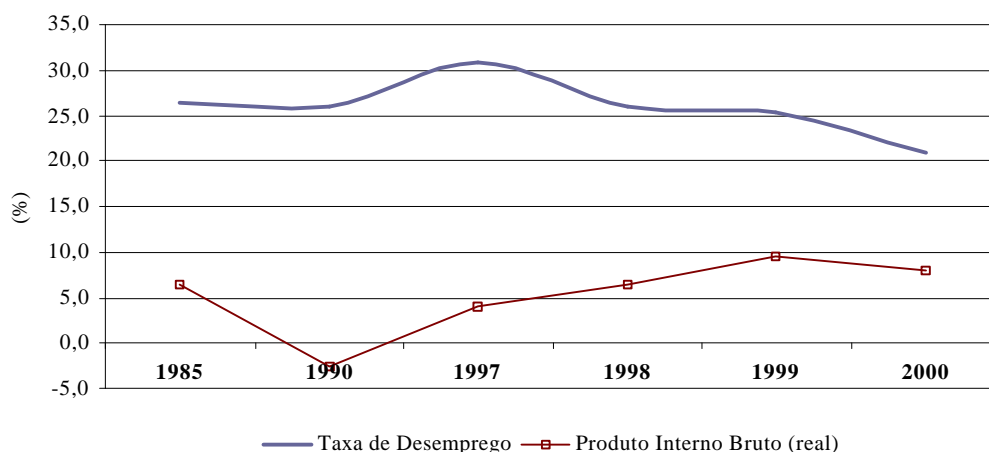
Fonte:BCV

## 1.4 MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho em 2000 conhece um desempenho bastante favorável, a taxa de desemprego diminui cerca de 4,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior, ao passar de 25,4% para 21%, verificando-se um incremento de 6% ao nível da taxa de actividade, de acordo com as informações divulgadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

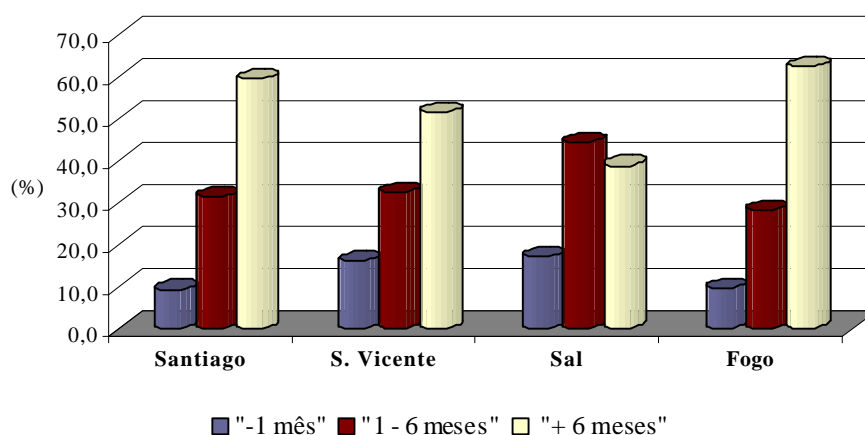


### PIB e Desemprego



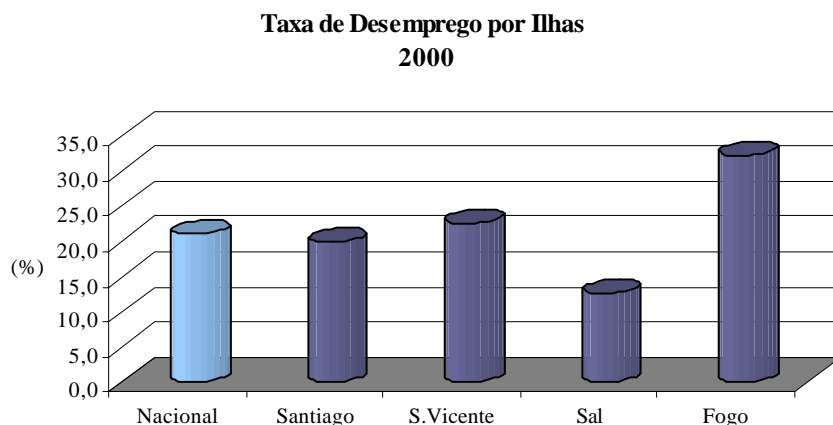
Não obstante a evolução positiva verificada em 2000, o desemprego em Cabo Verde é estrutural, atingindo principalmente a faixa etária de 15-24 anos, ou seja, jovens à procura do primeiro emprego e, representando o desemprego de longa duração mais de 50% do total.

### Duração de Desemprego 2000



A taxa de desemprego atinge os 21%, quando em 1999 era de 25,4%, decrescendo em todas as faixas etárias, embora mais significativamente na faixa 45-64 anos (cerca de 38,6%), apesar da faixa mais jovem continuar com a taxa de desemprego mais elevada (32,8%).

A ilha do Sal registou a maior redução na taxa de desemprego de 6,3 p.p. permanecendo com a mais baixa taxa de desemprego do país (12,6%). Contrariamente às outras ilhas, o desemprego aumentou na ilha do Fogo, ainda que ligeiramente (0,4%) atingindo 32,2%.



Por sectores de actividade, constata-se que os sectores agricultura, pesca e pecuária, indústria transformadora e construção civil registaram decréscimos nas taxas de desemprego.

Taxa de Desemprego por Sectores de Actividade				
Actividades		1998	1999	2000
Agricultura	Pecuária Pesca	3,5	4,1	2,3
Indústria Transformadora		6,5	10,8	9,9
Electricidade e Água		n.d	n.d	n.d
Construção		22,8	26,3	18,7
Comércio p/ Grosso e a Retalho		11,6	14,3	14,8
Alojamento e Restauração		5,8	4,7	5,7
Transporte e Comunicação*		4,2	4,1	4,7
Administração Pública		6,6	5,9	9,6
Intermediação Financeira		n.d	n.d	n.d
Educação e Saúde		1,8	2,8	3,7
Outras		36,6	26,3	31,0

**Fonte:** IEFPP

\* Corresponde aos 3 últimos trimestres de 2000

De referir que o crescimento do emprego na agricultura pode ser considerado reflexo de bons anos agrícolas (1999 e 2000), logo de carácter sazonal. Por outro lado, fluxos de investimento externo canalizados para indústria e turismo sobretudo, podem explicar o decréscimo da taxa de desemprego em 2000. A construção de unidades fabris e hoteleiras bem como o emprego

posterior nessas mesmas unidades têm absorvido a mão de obra excedentária à procura de emprego.

De acrescentar que o emprego na construção (taxa de desemprego diminuiu cerca de 29%) é bastante precário, uma vez que uma parte significativa da mão de obra afecta ao sector é em regime de contrato a prazo. Outro sector cuja a taxa de emprego apresenta uma evolução cíclica, é o do alojamento e restauração, tendo oscilado de 7,4% no 1º trimestre de 2000, para 3,0% no 2º e 3º trimestres (época alta do turismo), atingindo 9,1% no último trimestre do ano.

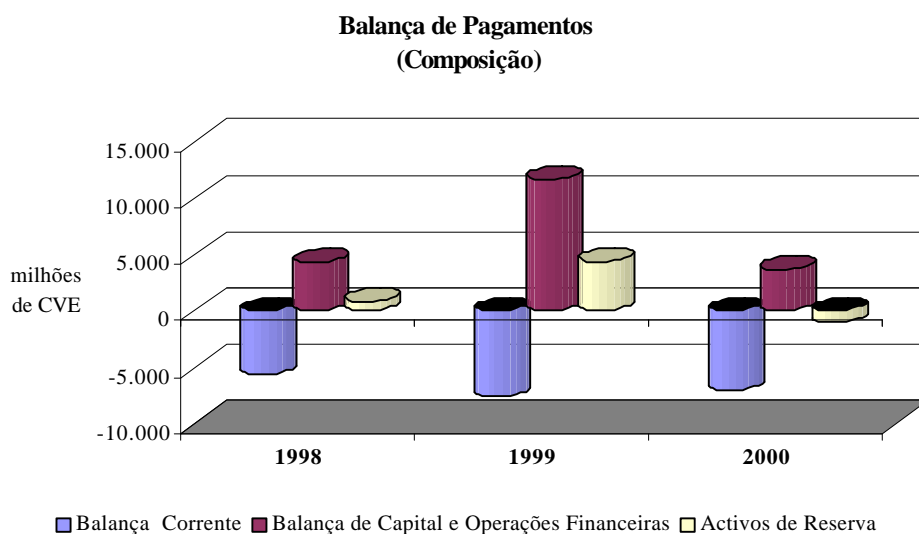
## 2 SECTOR EXTERNO

### 2.1 BALANÇA DE PAGAMENTOS

Em 2000, o saldo global da balança de pagamentos atingiu um défice de 3.000,5 milhões de escudos. O elevado grau de abertura da economia cabo-verdiana, estimado em 89,3%, a reduzida base de produção interna que resulta da conjugação de factores com destaque para a escassez de recursos naturais, são determinantes da natureza estrutural do défice da conta corrente cabo-verdiana que, no ano 2000, é de 7.144,3 milhões de escudos, representando 11,1% do PIB.

A balança de bens conheceu um agravamento no seu défice de cerca de 1,5%, reflectindo o comportamento da balança comercial em consequência do incremento das importações de bens e do fraco desempenho das exportações de bens. A balança de serviços, cujo saldo se fixou em 562 milhões de ECV, foi a única das componentes da conta corrente a registar uma evolução favorável no ano 2000. O saldo da balança de rendimentos deteriorou-se em 2000, em cerca de 6,6% face ao ano anterior. A balança de transferências registou um saldo inferior ao do ano anterior que, porém, não representa uma diminuição no global das transferências mas reflecte tão somente os efeitos de uma reclassificação estatística.

O saldo da balança de capitais e operações financeiras acusa uma redução devido à ausência de entradas de capital pela via das privatizações (as principais empresas públicas, financeiras e do sector bancário foram privatizadas até ao ano anterior) que, aliada ao comportamento da conta corrente contribuiu para que o saldo da balança de pagamentos fosse negativo.



**Balança de Pagamentos**  
**Principais Componentes**

	1999		2000	
	Milhões de ECV	Milhões de USD	Milhões de ECV	Milhões de USD
<b>Balança Corrente</b>	<b>-7.679,9</b>	<b>-74,8</b>	<b>-7.144,3</b>	<b>-61,7</b>
<b>Bens</b>	<b>-22.096,4</b>	<b>-215,2</b>	<b>-22.437,8</b>	<b>-193,6</b>
Mercadoria Geral (Balança Comercial)	-22.576,8	-219,8	-24.914,8	-215,0
Bens para Transformação	-36,2	-0,4	70,7	0,6
Reparação de bens	-90,7	-0,9	-93,3	-0,8
Bens adquiridos em Portos p/transportadoras	607,2	5,9	2.499,6	21,6
<b>Serviços</b>	<b>-1.081,9</b>	<b>-10,5</b>	<b>562,7</b>	<b>4,9</b>
dos quais:	-2.555,3	-24,9	-2.550,8	-22,0
Transporte marítimo	2.403,3	23,4	2.470,5	21,3
Transporte aéreo	-1.241,4	-12,1	381,8	3,3
Viagens de turismo	-867,3	-8,4	-1.436,6	-12,4
<b>Rendimentos</b>	<b>-867,3</b>	<b>-8,4</b>	<b>-1.436,6</b>	<b>-12,4</b>
Rendimentos de Trabalho	71,3	0,7	106,0	0,9
Rendimentos de Investimento	-938,7	-9,1	-1.542,6	-13,3
dos quais juros:				
DE	-470,1	-4,6	-558,5	-4,8
Trust Fund			99,6	0,9
<b>Transferências correntes</b>	<b>16.365,7</b>	<b>159,4</b>	<b>16.167,5</b>	<b>139,5</b>
dos quais:				
remessas de emigrantes	8.070,9	78,6	10.231,6	88,3
<b>Balança de Capital e Operações Financeiras</b>	<b>11.683,0</b>	<b>113,8</b>	<b>3.711,7</b>	<b>32,0</b>
<b>Balança de capital</b>	<b>916,4</b>	<b>8,9</b>	<b>1.341,6</b>	<b>11,6</b>
dos quais:				
Dívidas perdoadas	464,0	4,5	0,0	0,0
Trust Fund		0,0	0,0	0,0
Transferências capital (donativos)			1.300,0	11,2
<b>Balança Financeira</b>	<b>10.766,6</b>	<b>104,8</b>	<b>2.370,0</b>	<b>20,5</b>
Investimento directo	5.432,2	52,9	2.436,9	21,0
Do exterior em Cabo Verde	5.472,9	53,3	2.439,5	21,1
Trust fund	1.581,4	15,4	0,0	0,0
Investimento de carteira	292,9	2,9	13,4	0,1
Outros investimentos	5.041,5	49,1	-80,2	-0,7
Activos	-1.457,2	-14,2	-2.442,0	-21,1
Outros activos	-1.425,5	-13,9	-2.426,6	-20,9
Trust fund	-1.940,3	-18,9	-2.384,2	-20,6
Passivos	6.498,7	63,3	2.361,8	20,4
Créditos comerciais	1.440,8	14,0	-772,8	-6,7
Empréstimos	3.581,9	34,9	1.662,3	14,3
Governo Geral	2.159,2	21,0	2.755,5	23,8
Desembolso	3.568,5	34,7	2.430,1	21,0
Trust fund	358,9	3,5	0,0	0,0
Reembolso	-945,3	-9,2	-1.324,6	-11,4
Outros sectores	-451,6	-4,4	-581,9	-5,0
<b>Erros e omissões</b>	<b>-633,6</b>	<b>-6,2</b>	<b>432,1</b>	<b>3,7</b>
<b>Balança global</b>	<b>3.369,4</b>	<b>32,8</b>	<b>-3.000,5</b>	<b>-25,9</b>
<b>Financiamento</b>	<b>3.369,4</b>	<b>32,8</b>	<b>3.000,6</b>	<b>25,9</b>
<b>Activos de Reserva</b>	<b>-4.401,6</b>	<b>-42,9</b>	<b>1.069,7</b>	<b>9,2</b>
dos quais: divisas	-4.401,6	-42,9	1.052,9	9,1
<b>Financiamento Excepcional</b>	<b>1.032,2</b>	<b>10,1</b>	<b>1.930,9</b>	<b>16,7</b>
Governo	763,4	7,4	2.127,2	18,4
dos quais: Redução de atrasados (perdão da dívida)	-464,0	-4,5	0,0	0,0
Rescalonamento	-298,0	-2,9	0,0	0,0
Outros Sectores	268,8	2,6	0,0	0,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

### 2.1.1 BALANÇA CORRENTE

Em 2000, o défice da balança corrente decresce cerca de 7% em relação ao ano anterior, passando o saldo correspondente a representar 11% do PIB, contra os 12,6% de 1999.

A evolução da balança corrente reflecte o comportamento das suas principais componentes, sendo certo que a variação positiva registada ao nível da balança de serviços contribuiu, de alguma forma, para atenuar a deterioração da balança de bens, da balança de rendimentos e da balança de transferências.

**Evolução da Balança Corrente**

	milhões de ECV		
	1998	1999	2000
<b>Bens</b>	<b>-18.190,6</b>	<b>-22.096,4</b>	<b>-22.437,8</b>
Balança Comercial	-20.012,0	-22.576,8	-24.914,8
Bens para Transformação	51,0	-36,2	70,7
Reparação de Bens	201,5	-90,7	-93,3
Bens Adquiridos em Portos	1.568,9	607,2	2.499,6
<b>Serviços</b>	<b>-400,4</b>	<b>-1.081,9</b>	<b>562,7</b>
Receitas	8.468,4	10.898,0	12.561,0
Despesas	-8.868,8	-11.979,9	-11.998,3
<b>Rendas</b>	<b>-542,9</b>	<b>-867,3</b>	<b>-1.436,3</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>13.444,5</b>	<b>16.365,5</b>	<b>16.167,5</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde; Direcção Geral das Alfândegas

#### 2.1.1.1 Balança de Bens

No ano 2000 verifica-se um ligeiro agravamento no défice da balança de bens de cerca de 1,6%. A deterioração do défice estrutural da balança comercial em 10,4%, bem como da reparação de bens em 2,9% foram atenuados pelo crescimento significativo da subrubrica bens para a transformação (de um saldo negativo de 36,2 milhões de ECV em 1999 passa a um saldo positivo de 70,7 milhões de ECV).

A dinâmica das importações continua a evidenciar o elevado grau de dependência do país. Apesar de as importações dos bens de consumo terem decrescido 0,6 p.p. em relação ao ano anterior, esta componente das importações continua a representar o grosso das importações nacionais (41,7%), seguindo-se os bens intermédios (23,3%), os bens de capital (17,2%), os combustíveis (5,9%) e os restantes bens (12,1%).

### Evolução das Importações de Bens

	1999		2000	
	T. V. em %	Estrut. em %	T. V. em %	Estrut. em %
Bens de Consumo	6,3	42,3	-0,5	41,7
Bens Intermédios	7,8	23,1	1,6	23,3
Bens de Capital	22,5	17,2	0,5	17,2
Combustíveis	36,5	5,3	11,6	5,9
Outros	10,6	12,1	0,5	12,1

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas

Por seu turno, as exportações de bens continuam a registar um fraco desempenho, apresentando uma taxa de crescimento de 3,5% em relação a 1999. Tal evolução explica-se pela redução das exportações dos produtos tradicionais, conquanto as exportações das empresas francas registaram uma evolução positiva (de um total 950,9 milhões de ECV em 1999 passam a 1.135,6 milhões de ECV em 2000).

### Evolução dos Principais Produtos de Exportação

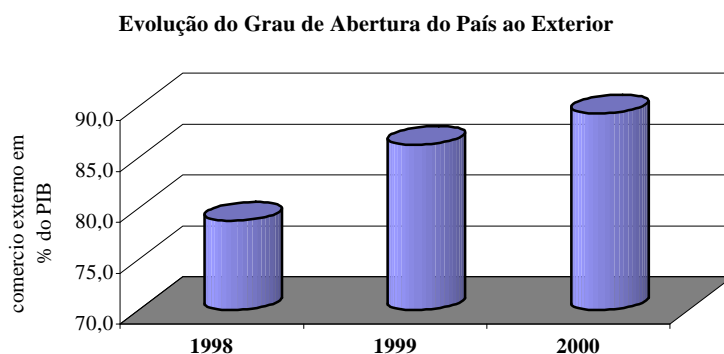
	1999		2000	
	milhões de ECV	Estrutura	milhões de ECV	Estrutura
<b>Produtos Tradicionais</b>	<b>192,5</b>	<b>16,3%</b>	<b>91,3</b>	<b>7,4%</b>
Bananas	3,7	0,3%	0,0	0,0%
Peixe enlatado	0,1	0,0%	4,0	0,3%
Peixe congelado	120,4	10,2%	42,8	3,5%
Peixe fresco	15,4	1,3%	14,4	1,2%
Crustáceos e lagostas	48,7	4,1%	28,9	2,4%
Couros e peles	4,3	0,4%	1,2	0,1%
<b>Produtos Transformados</b>	<b>950,9</b>	<b>80,3%</b>	<b>1.135,6</b>	<b>92,6%</b>
Calçado e parte de calçado	670,8	56,6%	658,7	53,7%
Vestuário interior e exterior	236,4	20,0%	447,0	36,4%
Componentes electrónicos	43,7	3,7%	29,9	2,4%
<b>Outros</b>	<b>85,1</b>	<b>7,2%</b>	<b>45,1</b>	<b>3,7%</b>
<b>Total das Exportações</b>	<b>1.184,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.226,9</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas

A taxa de cobertura das importações pelas exportações, em resultado do crescimento das exportações totais<sup>2</sup> cresceu 1 p.p. em relação ao ano anterior, passando de 3,8% para 4,8%.

<sup>2</sup> As exportações totais incluem as exportações de produtos tradicionais, as exportações das empresas francas e excluem as reexportações.

O grau de abertura do país ao exterior continua elevado (89,3%), como evidencia o gráfico.



#### **2.1.1.2 Balança de Serviços**

A balança de serviços em 2000 regista uma melhoria significativa. O excedente de 526,7 milhões de escudos cabo-verdianos, contrapõe-se ao saldo negativo de 1.081 milhões de ECV, verificado no ano anterior.

O comportamento favorável das rubricas transportes e viagens foram determinantes para a evolução da balança de serviços. Os transportes apresentaram uma redução no seu défice em 71,8 milhões de ECV, em resultado do crescimento significativo das receitas dos transportes aéreos (18,4%) e do abrandamento do défice dos transportes marítimos (1,3%). Por seu turno, as viagens que têm apresentado saldo negativo, passaram de 1.241,4 milhões de escudos negativo em 1999, para 386, 8 milhões de ECV positivos.

De salientar a evolução dos serviços de comunicações cujo saldo positivo cresce 475,9 milhões de ECV em 2000, na sequência do aumento do volume de negócios ao nível das telecomunicações, contribuindo igualmente para o resultado global da balança de serviços.



### Evolução da Balança de Serviços

Milhões de ECV

	1998	1999	2000	Tx Cresc (%)	Estrutura (%)
<b>Receitas</b>	<b>8.468,4</b>	<b>10.898,0</b>	<b>12.561,1</b>	<b>15,3</b>	
Transportes	4.410,7	4.528,5	5.256,9	16,1	41,9
Marítimos	372,4	385,1	351,6	-8,7	
Aéreos	4.038,3	4.143,4	4.905,3	18,4	
Viagens	1.987,8	2.960,7	4.732,3	59,8	37,7
Turismo	1.982,5	2.900,9	4.686,4	61,5	
Serv. Comunicações	466,4	567,4	1.252,0	120,6	10,0
Serv. Construções	202,5	758,9	113,2	-85,1	0,9
Serv. Seguros	18,0	259,5	124,7	-51,9	1,0
Serv. Financeiros	0,2	55,2	1,2	-97,9	0,0
Serv. Informática e de inform	1,4	15,3	9,4	-38,6	0,1
Regalias e Direitos de Licença	0,3	4,5	0,3	-93,3	0,0
Outros Serv. Empresariais	208,3	753,9	230,9	-69,4	1,8
Serv. Pessoais cult. recreat.	0,0	0,6	1,3	116,7	0,0
Sev. Governamentais	1.172,8	993,5	838,9	-15,6	6,7
<b>Despesas</b>	<b>8.868,8</b>	<b>11.979,9</b>	<b>11.998,3</b>	<b>0,2</b>	
Transportes	3.896,7	4.680,5	5.337,2	14,0	44,5
Marítimos	2.213,9	2.940,5	2.902,4	-1,3	
Aéreos	1.682,8	1.740,0	2.434,8	39,9	
Viagens	2.328,3	4.202,1	4.345,5	3,4	36,2
Turismo	1.433,1	2.955,8	3.062,8	3,6	
Serv. Comunicações	64,1	269,8	478,4	77,3	4,0
Serv. Construções	147,3	52,8	1,7	-96,8	0,0
Serv. Seguros	198,0	340,8	370,6	8,7	3,1
Serv. Financeiros	41,2	315,3	18,9	-94,0	0,2
Serv. Informática e de inform	475,4	481,6	375,9	-22,0	3,1
Regalias e Direitos de Licença	32,2	19,3	0,0	-99,8	0,0
Outros Serv. Empresariais	1.167,2	1.120,8	639,9	-42,9	5,3
Serv. Pessoais cult. recreat.	10,6	52,7	23,3	-55,8	0,2
Sev. Governamentais	507,8	444,3	406,9	-8,4	3,4

Fonte: Inquéritos a Diversas Empresas que desenvolvem actividades com o exterior, cálculos BCV

#### 2.1.1.3 Balança de Rendimentos

Em 2000 o saldo da balança de rendimentos atinge os 1.436 milhões de ECV ( 2,2% do PIB) , representando um agravamento no seu défice de 569,3 milhões de escudos cabo-verdianos face a 1999. Esta evolução reflecte o refluxo verificado ao nível dos rendimentos de investimento, principalmente nos dois últimos trimestres do ano. Em consequência do incremento dos rendimentos de investimento distribuídos à casa matriz, pelas sucursais instaladas no país (65,4%) e do acréscimo de pagamentos de juros da dívida externa (24,5%), o saldo dos rendimentos de investimento passaram a -1.542,6 milhões de ECV, quando em 1999 era de -938, 7 milhões de ECV.

### Evolução da Balança de Rendimentos

milhões de ECV

	1999	2000	t. v. em %
<b>Rendas</b>	<b>-867,3</b>	<b>-1.436,6</b>	<b>65,6</b>
Remuneração de Empregados	71,3	106,0	48,6
Rendimentos de Investimentos	-938,7	-1.542,6	64,3
Investimento Directo	-199,4	-329,3	65,1
Investimento de Carteira	0,0	0,0	0,0
Outros Investimentos	-739,3	-1.213,3	64,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

#### 2.1.1.4 Balança de Transferências Correntes

Em 2000, as transferências correntes apresentaram um saldo ligeiramente inferior ao ano anterior (aos 16.365,5 milhões de ECV em 1999, contrapõem-se os 16.167,5 milhões de ECV em 2000). De salientar que esta evolução não representa uma redução das transferências sendo consequência da reclassificação dos donativos<sup>3</sup>.

### Evolução das Transferências Correntes

milhões de ECV

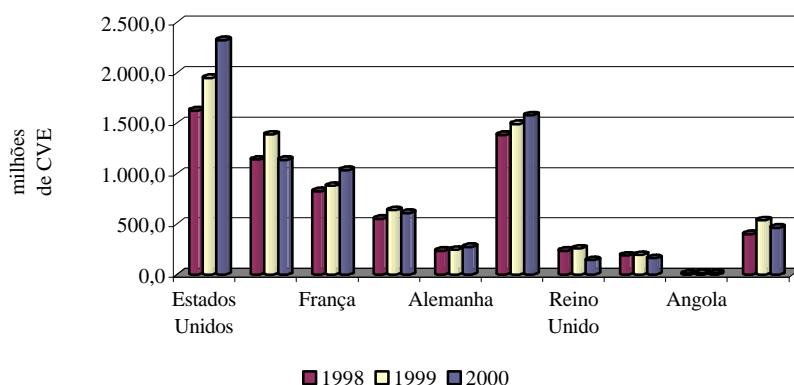
	1998	1999	2000
<b>Transferências Correntes</b>	<b>13.444,5</b>	<b>16.365,5</b>	<b>16.167,5</b>
Transferências Oficiais	5.361,1	5.028,4	2.613,6
Divisas	4.006,1	3.733,8	1.830,1
Bens Alimentares	1.009,3	874,6	709,5
Transferências Privadas	8.405,1	12.105,6	13.553,9
Remessas de Emigrantes	7.049,8	8.070,8	10.231,6

Fonte: Banco de Cabo Verde

A evolução das transferências correntes reflecte a evolução das transferências oficiais, que acusam uma diminuição (48,03%) explicada pela reclassificação acima referida e, o comportamento positivo das transferências privadas, sustentadas pelo incremento das remessas de emigrantes (26,7%) .

<sup>3</sup> Em 2000, foi possível a identificação de donativos destinados à criação de activos fixos que foram registados na conta capital como transferência de capital. Caso não se verificasse esta reclassificação, estes donativos figurariam em transferências do Governo, integrando as transferências correntes e, assim sendo, o comportamento desta rubrica não acusaria grandes alterações.

### Evolução das Remessas de Emigrantes por País de Origem



### 2.1.2 BALANÇA DE CAPITAL E OPERAÇÕES FINANCEIRAS

O saldo positivo da conta de capital e operações financeiras, que atingira a cifra de 11.683 milhões de ECV em 1999, reduziu-se para 3711,7 milhões de ECV em 2000, na sequência do abrandamento do ritmo de entradas de capital no âmbito do programa de privatizações encetado pelo Governo.

### Evolução da Balança de Capital e Financeira

	1999		2000	
	milhões de ECV	milhões de USD	milhões de ECV	milhões de USD
<b>Balança de Capital e Financeira</b>	11.683,0	113,8	3.711,7	31,3
<b>Balança de Capital</b>	916,4	8,9	1.341,6	11,3
dos quais:				
Dívidas perdoadas	464,0	4,5		
Trust Fund				
Aquis./ Alienação de activos fin. não produzidos			1.300,0	10,9
<b>Balança Financeira</b>	10.776,6	104,8	2.370,0	20,0
Investimento Directo	5.432,2	53,3	2.436,9	20,5
Investimento de Carteira	292,9	2,9	13,4	0,1
Outros Investimentos	5.041,6	49,1	(80,2)	(0,7)
Activos	(1457,2)	(14,2)	(2442,2)	(20,6)
dos quais:				
Créditos Comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	11,7	0,1	(15,36)	(0,1)
Dinheiros e depósitos	(43,4)	(0,4)	0,0	0,0
Outros Activos	(1425,5)	(14,6)	(2426,64)	(20,4)
dos quais:				
Trust Fund	(1940,3)	(18,9)	(2384,1)	(20,1)
Passivos	6.498,8	63,3	2.361,8	19,9
dos quais:				
Créditos Comerciais	1.440,7	14,6	(772,83)	(6,5)
Empréstimos	3.581,9	36,6	2.755,5	23,2
Dinheiros e Depósitos	1.888,2	19,3	1.035,3	8,7
Activos de Reserva	4.401,6	42,9	-1.069,5	(9)

Fonte: BCV

O saldo da balança de capital em 2000, de 1.341 milhões de ECV, é sustentado por um donativo (transferência de capital) concedido pelo governo japonês ao Estado de Cabo Verde para a construção de um cais de pesca em S. Vicente.

No que se refere à conta financeira, o comportamento da rubrica investimento directo espelha a evolução das entradas de capital referentes às privatizações.<sup>4</sup>

A rubrica outros investimentos contribuiu, igualmente, para a redução do saldo da balança financeira com uma variação negativa de cerca de 2.442 milhões de ECV, reflectindo uma diminuição acentuada ao nível dos passivos em consequência da redução do montante de desembolsos da dívida externa, por um lado e, do aumento dos pagamentos junto aos credores internacionais, por outro.

#### **2.1.2.1 Financiamento**

O défice apresentado pelo saldo global da balança de pagamentos, de 3000,5 milhões de escudos, foi financiado pelas reservas cambiais e pelos atrasados da dívida externa.

#### **2.1.2.2 Dívida Externa**

A dívida externa efectiva no final de 2000 foi de 303,63 milhões de dólares, cerca de 55,6% do PIB, oriunda de credores multilaterais e bilaterais ( inclui governos de diversos parceiros internacionais e instituições financeiras), superior à de 1999, que se fixara em 291,68 milhões de dólares.

O aumento do stock da dívida em 2000 atribui-se, por um lado, ao aumento dos desembolsos efectuados, relativamente ao ano anterior. Realce para o facto de a dívida externa cabo-verdiana caracterizar-se por empréstimos de longo prazo a taxas de juro concessionais.

Efectivamente, não obstante a acumulação de atrasos no pagamentos dos compromissos internacionais ter levado à suspensão de alguns dos desembolsos contratados, verificou-se uma variação positiva de cerca de 7,95% nos desembolsos, que passaram de 361,42 milhões de dólares para 391,3 milhões de dólares, sendo de destacar os desembolsos efectuados pelo IDA e pelo FAD, representando cerca de 49,52% e 31,06% do total desembolsado no ano, respectivamente.

---

<sup>4</sup> O valor de 2.439 milhões de ECV que consta da rubrica investimento directo, inclui o montante de 2.384,21 milhões de ECV, referentes à privatização do BCA, entrado em Dezembro de 1999 mas registado contabilisticamente em Janeiro de 2000.

### Dívida Externa, 2000

milhões de USD

Financiadores	Montante Contratado	Montante Desembolsado	Montante Reembolsado	Dívida Efectiva
<b>Credores Multilaterais</b>	422,1	291,3	62,08	229,22
<b>Credores Bilaterais</b>	125,9	100	25,59	74,41
<b>Governo</b>	91,7	66,6	11,12	55,48
<b>Instituições Financeiras</b>	34,2	33,4	14,47	18,93
<b>TOTAL</b>	<b>548</b>	<b>391,3</b>	<b>87,67</b>	<b>303,63</b>

Fonte: BCV

A dívida contratada atingiu, em 2000, os 548 milhões de dólares, apresentando uma taxa de crescimento de 1,44% em relação ao ano anterior. Este acréscimo relaciona-se com os novos acordos de empréstimo assinados pelo Estado, com Portugal, no valor de 1.100 milhões de dólares, com o FAD, 6.121 milhões de dólares e, com a OPEC, 2.500 milhões de dólares.

### Serviço da Dívida Externa

milhões de ECV

	1999			2000			Var. (%)
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total	
Credores Multilaterais	426,5	217,9	644,4	863,6	315,5	1179,0	83,0
Credores Bilaterais	316,1	93,9	410,0	461,0	210,0	671,0	63,6
Reescalamentos	202,6	12,3	214,9				
BADEA	167,4		167,4				
Outros	35,2	13,2	48,4				
<b>Total</b>	<b>945,2</b>	<b>324,1</b>	<b>1269,3</b>	<b>1324,5</b>	<b>525,5</b>	<b>1850,0</b>	<b>45,8</b>

Fonte: BCV

Em 2000, o serviço da dívida pago foi de 1.850 milhões de ECV, superior ao valor pago em 1999 em 45,8%.

Do total, 71% corresponderam ao pagamento de capital, e 28% ao pagamento de juros.

Por instituição, o maior esforço de cumprimento do serviço da dívida, cerca de 23,82%, destinou-se ao BADEA.

## Dívida Externa na Economia

	%	
	1999	2000
Dívida Externa Efectiva/PIB p. Correntes	50,7	55,6
Serviço da Dívida/PIB p. Correntes	1,9	2,0
Dívida Externa Efectiva/ Exportação de Bens e Serviços	2,5	2,6
Serviço da Dívida/ Exportação de Bens e Serviços	9,3	9,7

Fonte: BCV

O stock da dívida externa que em 1999 representava 50,7% do PIB a preços correntes, ascende a 55,52% do PIB. A relação entre o serviço da dívida e o PIB a preços correntes varia de apenas 0,1 pontos percentuais, em relação ao ano anterior, tendo em conta que o aumento verificado ao nível do serviço da dívida quase que é compensado pelo aumento do produto. O rácio Stock da Dívida/ Exportação de Bens e Serviços, apresenta um comportamento idêntico, sendo desta feita a variação positiva do stock da dívida compensada pela evolução favorável das exportações, consubstanciada principalmente pelo aumento das exportações de serviços

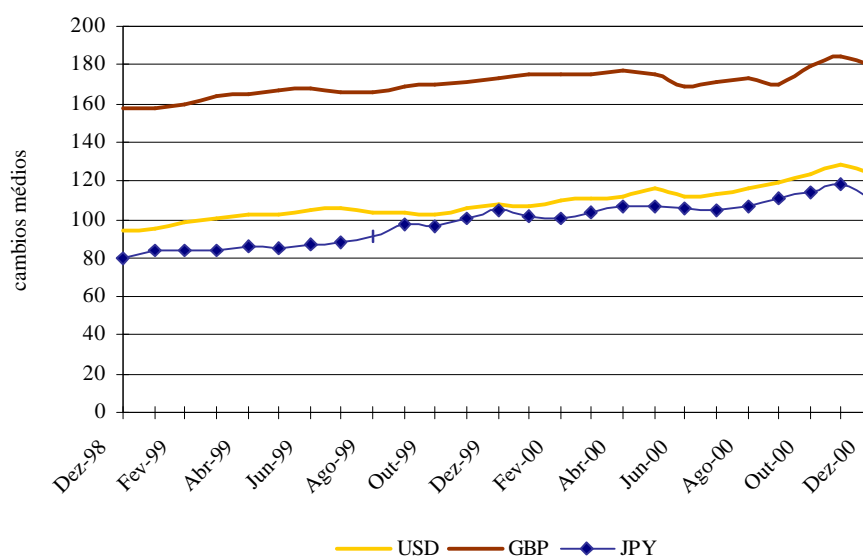
## 2.2 MERCADO CAMBIAL

A política cambial em Cabo Verde está definida pelo peg do escudo cabo-verdiano ao escudo português por via do Acordo de Cooperação Cambial assinado entre os dois países em 1998. A partir de Janeiro de 1999, este peg passou a estar ligado ao euro, uma vez que o escudo português passou a constituir parte divisionária do euro.

Em termos de câmbios médios, ao longo do ano 2000, a moeda cabo-verdiana apresentou significativas depreciações em relação ao dólar americano, à libra esterlina e ao iene japonês.

O cambio médio do escudo face ao dólar passou de 102,7 em 1999 para 115,88 em 2000 representando uma depreciação nominal na ordem dos 13,18. Relativamente à libra esterlina e ao iene, a depreciação nominal foi de 9,25 e 16,94, respectivamente, em relação ao ano anterior.

## Evolução do Cambio Médio do CVE face ao USD, GBP e JPY

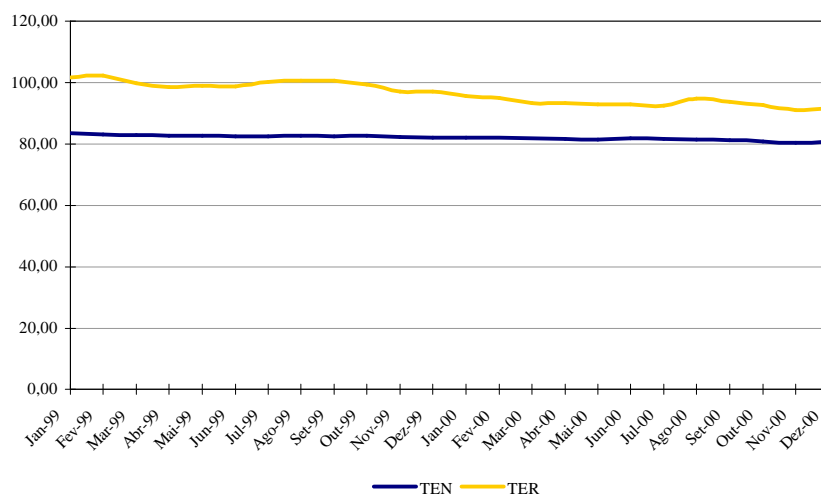


A Taxa Efectiva Nominal (TEN) do escudo demonstrou uma certa estabilidade, atingindo em termos médios anuais os 81,4 em 2000, contra os 82,7 de 1999, significando uma depreciação de apenas 1,3 p.p..

Relativamente à Taxa Efectiva Real (TER), o índice atingiu 93,3 em 2000 face aos 99,6 no ano anterior, traduzindo-se numa depreciação de 6,4 p.p.

Tal depreciação resulta do facto de as taxas de crescimento dos preços verificadas em Cabo Verde no ano 2000, terem sido comparativamente inferiores às dos seus principais parceiros, principalmente os da área do Euro.

## Taxas de Cambio Efectiva



### 3 FINANÇAS PÚBLICAS

O défice público global apurado (incluindo donativos) em 2000 situava-se nos 6.349 milhões de escudos, representando 9,9% do PIB, contra os 4.009 milhões de escudos, 6,6% do PIB, registados em 1999.

Esta situação resultou de um aumento das despesas públicas, quer correntes onde se inscrevem os encargos com a manutenção dos preços dos combustíveis, quer extraordinárias pela assumpção dos encargos associados ao processo de privatização da banca, nomeadamente encargos com as bolsas de estudo. Este aumento das despesas foi acompanhado por uma redução das receitas públicas, com impactos negativos sobre as despesas de investimento e em geral sobre o equilíbrio orçamental.

Por outro lado, as pressões suscitadas pela necessidade de assegurar o financiamento do défice público produziram reflexos a vários níveis, com destaque para a acumulação de atrasados da dívida externa e um aumento no stock total da dívida interna.

#### **Evolução dos Principais Indicadores Orçamentais**

	em % do PIB		
	1998	1999	2000
Saldo Total	-4,0	-6,6	-9,9
Saldo Primário	-10,4	-12,3	-12,6
Dívida Pública	79,4	81,1	96,3

Fonte: Ministério das Finanças; BCV

O peso do saldo primário no PIB acusou um agravamento da ordem dos 0,3 p.p., ao passar de 12,3% em 1999 para 12,6 % em 2000.

O défice ajustado de efeitos cíclicos registou em 2000 uma deterioração de 3,4 p.p. A componente cíclica teve um contributo positivo, ainda que insignificante de 0,1 p.p., na evolução do saldo orçamental efectivo.

Sendo assim, a fraca performance orçamental verificada em 2000 poderá ser atribuída essencialmente a medidas discricionárias de política orçamental.



### Saldo Orçamental Ajustado do Ciclo Económico (%)<sup>5</sup>

	1999	2000	Variação
Saldo Orçamental	-6,6	-9,9	-3,3
Componente Cíclica	0,4	0,5	0,1
Saldo Ajustado das Flutuações Cíclicas	-7,0	-10,4	-3,4

Fonte: Ministério das Finanças; BCV

Nota: A componente cíclica do Saldo Orçamental foi calculada com base nas estimativas do PIB elaboradas pelo BCV

O peso do Sector Público Administrativo na economia, quando medido pelas receitas totais, diminuiu em 2000, ao passar dos 29,8 % do PIB em 1999 para 25,7 % em 2000. Quando medido pelas despesas totais, também diminuiu, passando de 36,4% do PIB em 1999 para 35,5% em 2000.

No que diz respeito ao rácio da dívida pública do SPA relativamente ao PIB, este registou um acréscimo em 2000, ao passar dos 81,1% em 1999 para se situar nos 96,3% em 2000.

#### 3.1.1 Receitas Públicas

Em 2000, as receitas totais do SPA registaram um decréscimo da ordem dos 9,2% contra um crescimento de 7,2% registado no ano transacto. As receitas atingiram os 16.474 milhões de escudos contra os 18.148 milhões de escudos em 1999, representando cerca de 25,7% do PIB (29,8% do PIB em 1999).

As receitas foram marcadas por um decréscimo devido não só a queda dos donativos (ajuda orçamental) mas também a um sistema deficitário de cobrança de impostos.

---

<sup>5</sup> Muitas das componentes da despesa e receita orçamental têm uma componente que acompanha o ciclo económico. A medida do saldo orçamental convencional poderá assim não fornecer uma ideia correcta do sentido da política orçamental. O saldo orçamental corrigido ou ajustado de flutuações cíclicas ou saldo de pleno emprego pretende dar uma medida do saldo orçamental corrigida do efeito das variações cíclicas no orçamento.

### Receitas da Administração Pública

	Taxas de crescimento			Estrutura (em % do PIB)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Receitas Correntes	13,7	27,9	-2,6	19,6	21,7	20,0
Receitas Fiscais	14,3	23,2	8,4	15,9	16,9	17,4
Imposto s/ rendas e lucros:	10,2	29,3	1,7	5,8	6,4	6,2
Imp. Único s/ rendimentos	10,3	29,5	6,3	5,4	6,0	6,1
Imp. S/ cons. Prod. Petrolíf.	-11,5	55,3	-65,2	0,3	0,4	0,1
Imp. S/ comércio Intern.:	18,3	18,6	11,9	9,3	9,5	10,1
Imp. S/ importação	19,1	14,2	14,9	9,2	9,1	9,9
Outros impostos	2,4	32,4	19,1	0,8	0,9	1,1
Receitas não Fiscais	11,1	48,1	-41,8	3,7	4,8	2,6
Rendimentos de Prop.	16,6	124,1	-79,2	0,8	1,6	0,3
Transferências	-0,4	168,4	-14,6	0,5	1,1	0,9
Licenças e taxas diversas	42,5	17,5	-20,7	0,7	0,7	0,6
Vendas de activos e serviços	-8,3	-44,7	48,6	0,5	0,2	0,3
Donativos	10,3	-15,7	-28,7	10,0	7,2	4,9
<b>Receitas Totais</b>	<b>15,6</b>	<b>7,2</b>	<b>-9,2</b>	<b>32,2</b>	<b>29,8</b>	<b>25,7</b>

Fonte:

Relativamente às receitas fiscais, estas registaram um acréscimo de apenas 8,4% em 2000, quando no ano transacto registaram um maior acréscimo (23,2% ), tendo o seu peso no PIB atingido os 17,4%. Esta evolução menos favorável das receitas fiscais deveu-se, em grande parte, à diminuição das receitas dos impostos sobre rendas e lucros, sobretudo em consequência da redução no imposto sobre produtos petrolíferos, na ordem dos 65%.

Por seu turno, as receitas não fiscais decresceram cerca de 41,8% em 2000, quando em 1999 tinham registado um crescimento de 48,1%, representando cerca de 2,6% do PIB. Este decréscimo deveu-se às reduções que se registam nas rubricas "licenças e taxas diversas", nas "transferências" mas sobretudo nos "rendimentos de propriedade".

Relativamente aos donativos, registou-se uma queda de 4.416 milhões de escudos em 1999 para 3.147 milhões de escudos em 2000, na sequência da diminuição dos donativos para financiamento do Orçamento.

### 3.1.2 Despesas Públicas

Em 2000, as despesas totais do Sector Público Administrativo (SPA) atingiram os 22.823 milhões de escudos contra os 22.157 milhões de escudos em 1999, o que representa um crescimento em termos nominais de 3% .

#### Despesas da Administração Pública

	Taxas de Crescimento			Estrutura ( em % do PIB)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Despesas correntes	-2,5	12,9	17,7	20,4	19,9	22,2
Salários e vencimentos	8,1	30,2	0,6	9,3	10,5	10,0
Bens e serviços	-43,5	68,6	-19,7	0,7	1,0	0,7
Juros correntes	3,3	-50,1	49,6	3,6	1,5	2,2
Domésticos	10,1	-58,6	-22,7	2,9	1,0	0,8
Externos	-18,6	-12,9	201,0	0,7	0,5	1,4
Subsídios e Transferências	-7,6	0,04	94,9	5,1	4,4	8,1
Sector Público	-5,2	1,8	24,9	4,5	4,0	4,7
Outras entidades	-24,5	-14,9	807,5	0,5	0,4	3,4
Outras despesas correntes	8,2	-13,7	-29,2	1,3	1,0	0,7
Despesas de Investimento	-2,2	2,9	-17,2	15,8	14,0	11,0
<b>Despesas Totais</b>	<b>-2,4</b>	<b>16,4</b>	<b>3,0</b>	<b>36,2</b>	<b>36,4</b>	<b>35,5</b>

Fonte: Ministério das Finanças; BCV

As despesas totais do SPA representavam em 2000 cerca de 35,5% do PIB (36,4% do PIB em 1999). O crescimento registado nas despesas totais do SPA deveu-se, essencialmente, ao acréscimo registado nas despesas correntes e extraordinárias. As despesas correntes atingiram em 2000 um valor de 14.241 milhões de escudos, correspondendo a um acréscimo de 27,9% relativamente ao ano anterior. Realça-se sobretudo a conta de "subsídios e transferências", onde foi considerada a verba de indemnizações compensatórias do ano de 2000 no valor de 1.947 milhões de escudos, que o Estado pagou às empresas petrolíferas pela manutenção dos preços dos combustíveis.

Por seu turno, as despesas extraordinárias registam uma verba de 1.465 milhões de escudos referente aos encargos com as bolsas de estudo, na sequência do processo de privatização da banca.

De realçar que em 2000 as despesas de investimento registaram uma redução da ordem dos 17,2%, em virtude sobretudo da quebra dos donativos e também da suspensão de alguns desembolsos já contratados no âmbito dos financiamentos concessionais.

### 3.1.3 Dívida Pública

Em 2000, a dívida pública interna ascendia a 26.039,1 milhões de escudos, correspondendo a cerca de 40,5% do PIB, enquanto que a dívida externa efectiva atingia o montante de 35.184,6 milhões de escudos (303,63 milhões de USD), representando este em termos de rácio, 55,7% do PIB.

Do total da dívida interna de 26.039,1 milhões de escudos, 10.741 milhões de escudos foram transformados em TCMF no quadro do saneamento da dívida interna em curso no país.

De salientar que, em 2000, o Estado, para fazer face às suas necessidades de financiamento e, em virtude da assunção dos encargos relativos ao processo de privatização da banca, recorreu em grande parte ao financiamento interno (sobretudo do sistema bancário) num montante de 4.845 milhões de escudos, o que agravou o stock total da dívida interna em 44,5% face ao ano anterior.

### Financiamento da Operações Fiscais do Estado

	em milhões de ECV		
	1998	1999	2000
<b>Financiamento</b>	2110	4009	6349
<b>Externo (líquido)</b>	2110	795	1504
Desembolsos	2991	3345	4121
Amortizações	-965	-2550	-4516
Variação de atrasados	65	0	1899
Reescalonamento de atrasados	19	0	0
<b>Doméstico (líquido)</b>	0	3214	4845
<b>Sistema bancário</b>	0	0	7697
Novos empréstimos (líq.) dos quais:			
Obrigações do Tesouro	0	0	0
Bilhetes do tesouro	0	0	0
Variação de atrasados	0	0	0
<b>Outros</b>	0	3214	-2852
Novos empréstimos (líq.) dos quais:			
Obrigações do tesouro	0	0	0
Bilhetes do tesouro	0	0	0
Amortizações	0	0	0
Variação de atrasados	0	0	0
dos quais: receitas de Privatização	0	3708	1683
Encargos com Privatização	0	-494	-2969
<b>GAP DE FINANCIAMENTO</b>	0	0	0

Fonte: Ministério das Finanças

## 3.2 MERCADO DE TÍTULOS

### 3.2.1 Mercado de Bilhetes de Tesouro

No quadro da progressiva liberalização da actividade económica iniciada em 1993, foi criado o mercado de títulos, tendo como objectivo o financiamento do défice orçamental por via não monetária ( Decreto-Lei nº 63/94, de 28 de Novembro).

O mercado de Títulos da Dívida Pública caracterizou-se, em 2000, por uma utilização intensiva de emissões de Bilhetes de Tesouro (BT) por parte do Tesouro totalizando, a emissão relativa a este ano, 9.621 milhões de escudos. A maioria das emissões destinou-se à renovação dos títulos vencidos.

O montante de títulos emitidos, 4.401 milhões de escudos e 4.320 milhões de escudos, pelos prazos de 91 dias e 181 dias , respectivamente, ultrapassou os valores registados nos períodos homólogos anteriores. Contrariamente, a emissão de títulos para o prazo de 364 dias registou uma quebra de 159 milhões de escudos, fixando-se em 900 milhões de escudos.

Em termos líquidos, o montante em circulação de Bilhetes do Tesouro, reportado a 31 de Dezembro de 2000, diminuiu cerca de 461 milhões de escudos, devido à transformação de BT pertencentes ao Instituto Nacional de Previdência Social em Obrigações de Tesouro Nova Série (OTNS).

#### **Bilhetes do Tesouro em Circulação ( saldos em final do período)**

<b>Prazos</b>	<b>Montantes em circulação</b>			<b>Taxa média de juro (%)</b>		
	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
BT a 91 dias	723	875	880	7,24	6,38	8,09
BT a 182 dias	1.582	1.955	1.928	7,76	7,27	8,43
BT a 364 dias	1.654	1.059	900	8,36	8,10	9,09
<b>Total</b>	<b>3.959</b>	<b>3.889</b>	<b>3.708</b>			

Fonte: BCV

Relativamente às taxas de juro de colocação, regista-se um acréscimo nas taxas de juro médias relativamente ao ano anterior, para a qualquer dos prazos.

### **Bilhetes de Tesouro por Sectores Institucionais**

milhões de ECV			
	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Instituições Financeiras Monetárias	2.361,4	2.147,5	2.983,0
Instituições Financeiras não Monetárias	1.389,6	1.381,6	455,0
Empresas Públicas e Privadas	208,0	351,9	190,0
<b>Total</b>	<b>3.959,0</b>	<b>3.881,0</b>	<b>3.628,0</b>

Fonte:BCV

Por agentes subscritores, as Instituições Financeiras não Monetárias registaram uma redução de 926,6 milhões de escudos no seu saldo de final de período, relativamente ao ano anterior, sucedendo o mesmo às Empresas Públicas e Privadas, cujo saldo diminuiu de 161,9 milhões de escudos.

#### **3.2.2 Mercado de Obrigações de Tesouro**

No ano 2000, o Tesouro Público recorreu à emissão de Obrigações de Tesouro , no montante de 2036,2 milhões de escudos.

Até 31 de Dezembro de 2000, foram convertidas Obrigações do Tesouro em Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, no valor total de 10.622,2 milhões de escudos.

O saldo total das Obrigações de Tesouro, no final do período, fixou-se em 4.529 milhões de escudos.

## **4 SITUAÇÃO MONETÁRIA**

### **4.1 Análise do Comportamento Monetário em 2000**

A condução da política monetária continuou a ser orientada pelos objectivos macro-económicos estabelecidos nos últimos anos, com destaque para a estabilidade monetária, visando o controle da inflação e a defesa do regime cambial em vigor.

## Evolução dos Principais Indicadores da Situação Monetária (saldos em fim de período)

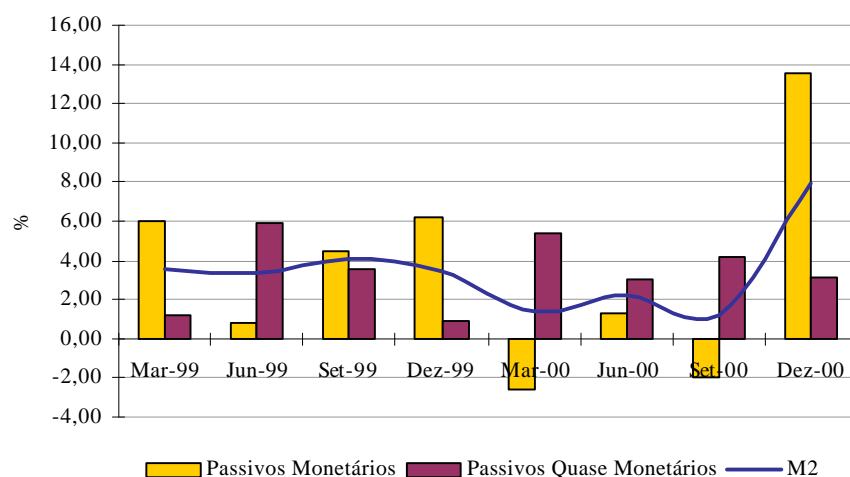
milhões de ECV

	1998	1999	2000	Var.00/99
<b>Reservas Internacionais Líquidas do Sistema</b>	5.646,4	8.110,1	7.139,4	-12,0
Activo Externo Líq. do BCV	3.496,2	6.476,2	4.053,0	-37,4
Reservas internacionais líquidas	727,5	4.589,9	3.220,9	-29,8
Outros activos externos líq.	2.768,7	1.886,3	832,1	-55,9
Activo Externo Líq. dos Bancos Comerciais	2.150,2	1.633,9	3.086,4	88,9
<b>Crédito Interno Líquido</b>	29.403,8	32.761,3	40.888,5	24,8
Crédito Líquido ao SPA	13.078,9	13.869,7	21.571,9	55,5
Crédito à Economia	16.324,9	18.891,6	19.316,6	2,2
<b>M2</b>	31.806,3	36.629,2	41.488,6	13,3
Passivos Monetários	15.455,8	18.306,9	20.130,6	10,0
Passivos Quase Monetários	16.350,5	18.322,3	21.358,0	16,6

Fonte: BCV

Da análise das estatísticas monetárias reportadas a 31 de Dezembro de 2000, constata-se que a Massa Monetária, M<sub>2</sub>, apresenta uma taxa de crescimento de 13,3%, reflectindo a evolução positiva registada nos Passivos Monetários M<sub>1</sub>, meios imediatos de pagamento que englobam a moeda em circulação e os, depósitos à ordem em moeda nacional, e nos Passivos Quase Monetários.

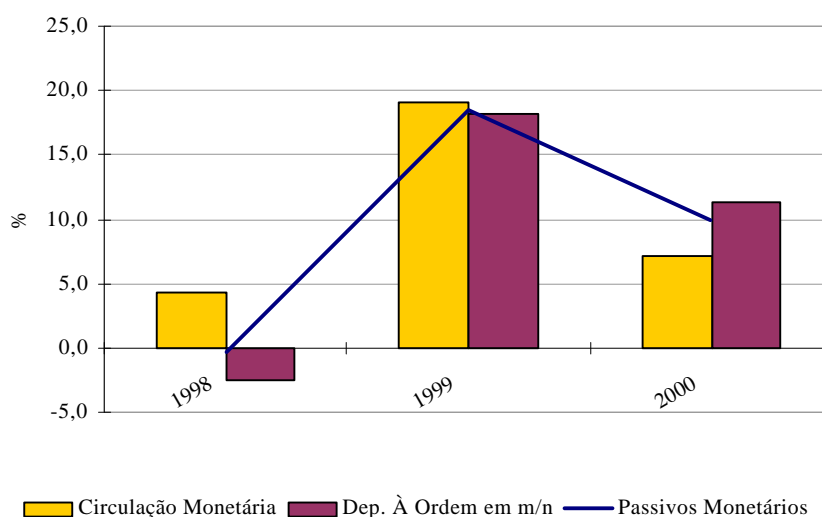
### Evolução das Componentes da Massa Monetária



Com efeito, em 2000, os Passivos Monetários atingiram os 20.130,6 milhões de ECV contra os 18.306,9 milhões de ECV. Para esta evolução contribuíram os acréscimos verificados ao nível

das suas componentes, circulação monetária e depósitos à ordem em moeda nacional, correspondentes a 7,2% e 11,3%, respectivamente. De salientar que o comportamento dos depósitos à ordem em moeda nacional espelha o registo fluxos financeiros a favor de residentes.

### **Evolução dos Passivos Monetários e seus Componentes**



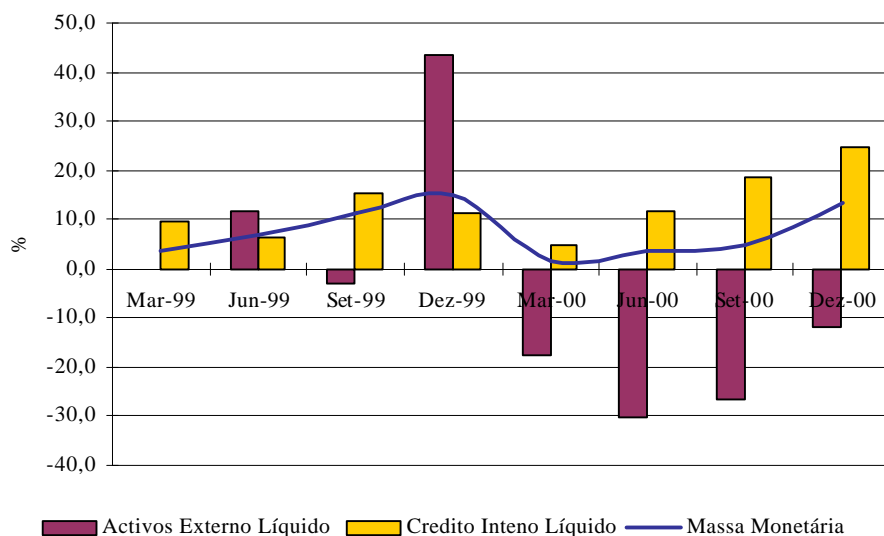
Os Passivos Quase Monetários cresceram a uma taxa de 16,6%, reflectindo sobretudo os aumentos registados nos depósitos de poupança (25,2%), nos depósitos de emigrantes (23,2%) e, nos depósitos de caução para operações (165,6%).

## **4.2 Contrapartidas da Criação Monetária**

No tocante às contrapartidas da Massa Monetária,  $M_2$ , destaca-se a evolução do Crédito Interno, determinada sobretudo pela expansão do Crédito ao Estado, o que levou a uma pressão sobre a saída de divisas, traduzindo-se numa redução das Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior.



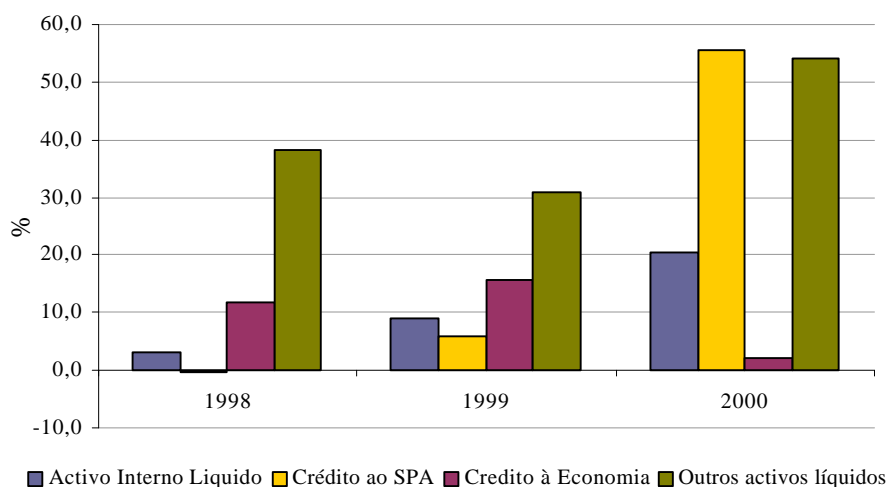
### Evolução das Contrapartidas da Criação Monetária



O Crédito Interno Líquido cresceu 24,8% em 2000, ao passar de 32.762,8 milhões de CVE em 1999 para 40.888,5 milhões em 2000. Tal comportamento deve-se fundamentalmente ao crescimento registado no Crédito Líquido ao Sector Público Administrativo.

Em consequência da evolução do Crédito Interno Líquido e de Outros Activos Internos Líquidos, os Activos Internos Líquidos do Sistema Bancário registaram uma grande expansão, da ordem dos 18,6%, em relação a 1999.

### Evolução dos Activos Internos Líquidos

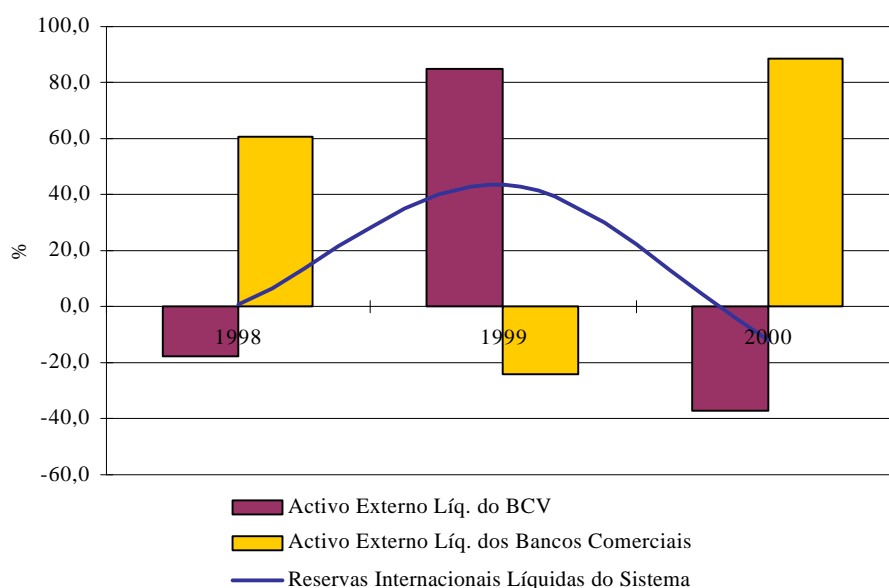


O Crédito Líquido ao SPA teve um acréscimo de 55,5% em relação ao ano de 1999, o qual se deve, à titularização de algumas dívidas do Estado consolidadas junto do Sistema Bancário, à assunção do crédito aos bolseiros e à cobertura do financiamento de novas emissões de Obrigações do Tesouro, por força do Orçamento Rectificativo de Novembro de 2000.

O Crédito à Economia em 2000 apresenta uma taxa de crescimento positiva de 2,3%, explicado pela reclassificação da dívida do Estado (bolsa de estudo), anteriormente classificada nesta rubrica.

Por sua vez, as Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior sofreram uma redução de 12% em relação ao ano de 1999, resultado do pagamento de compromissos externos, bem como da redução dos donativos em divisas e quebra das receitas de privatizações.

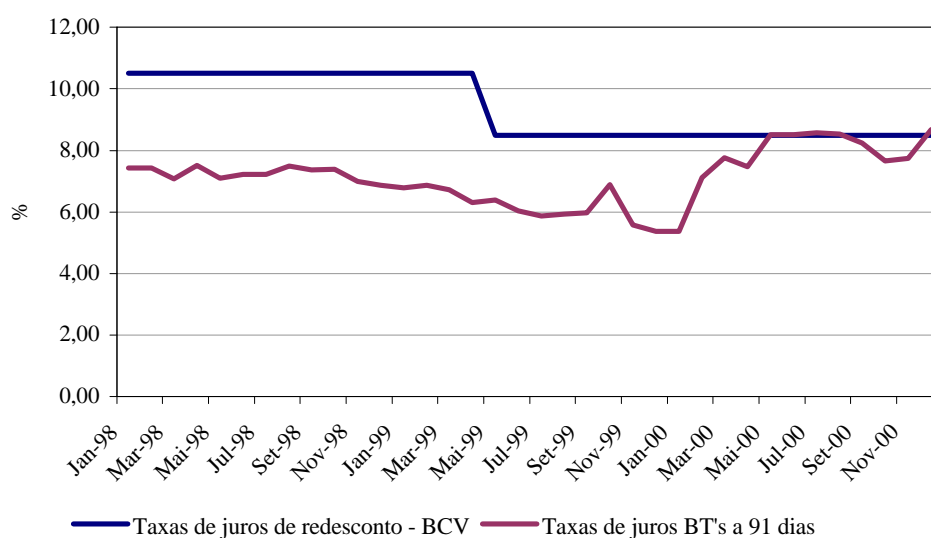
### **Evolução dos Activos Externos Líquidos do Sistema**



## **5 Taxas de Juro**

A evolução das taxas de juro têm evidenciado comportamentos diferentes nos mercados monetário e financeiro.

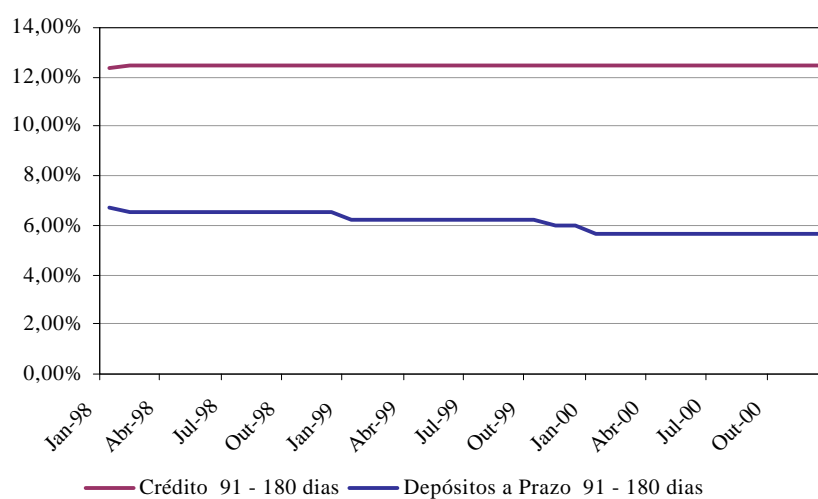
### Evolução das Taxas de Referência do BCV



A nível do mercado de Títulos da Dívida Pública, a taxa de colocação dos BT que vêm decrescendo desde 1998, conhece significativos acréscimos durante todo o ano 2000, tendo atingido o seu máximo (8,69%) em Dezembro, devido às crescentes necessidades de financiamento do Estado e aos desequilíbrios entre a oferta e a procura.

Os bancos comerciais, por sua vez, apresentaram uma ligeira diminuição, na generalidade, das suas operações activas.

### Evolução das Taxas de Juros Activas e Passivas dos Bancos



Por seu turno, as taxas passivas acusaram um decréscimo mais significativo, passando de 6,0% em Dezembro de 1999, para 5,63 % em Dezembro de 2000, resultando num alargamento da margem bancária de 6,44 p.p. para 6,82 p.p.

### **Taxas de Juros Médias Praticadas nas Operações Bancárias**

<b>NATUREZA</b>	<b>Prazos</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>Crédito</b>	Até 90 dias	12,51%	11,99%	11,94%
	Crédito 91 - 180 dias	12,44%	12,44%	12,44%
	De 181 dias a 1 ano	12,74%	12,74%	12,72%
	De 1 a 2 anos	13,69%	13,68%	13,49%
	De 2 a 5 anos	13,55%	13,53%	13,10%
	De 5 a 10 anos	13,61%	13,62%	13,20%
	Superior a 10 anos	13,61%	13,59%	13,04%
	<b>Depósitos por tipo</b>			
	Conta Depósito/caderneta	2,88%	1,50%	1,50%
	Depósitos a Prazo			
	De 30 a 60 dias	4,13%	4,08%	4,15%
	De 61 a 90 dias	5,27%	4,76%	4,34%
	Depósitos a Prazo 91 - 180 dias	6,54%	6,21%	5,63%
	De 181 dias a 1 ano	7,72%	7,72%	6,86%
	Superior a 1 ano	7,75%	7,57%	7,64%
<b>Conta Poupança-habitação</b>		9,00%	8,50%	8,65%
	Depósitos de Emigrantes			
	Depósitos à Ordem	1,75%	1,75%	1,75%
	Depósitos com Pré-aviso			
	Depósitos a Prazo			
	De 30 a 60 dias			4,00%
	De 30 a 60 dias	5,00%	5,58%	5,75%
	De 61 a 90 dias	5,50%	6,08%	5,50%
	De 91 a 180 dias	7,87%	7,97%	6,13%
	De 181 dias a 1 ano	9,16%	9,11%	8,28%
	Superior a 1 ano	9,50%	9,50%	9,51%
	<b>Conta Poupança</b>			
	De 30 a 180 dias	7,10%	7,10%	8,65%
	De 181 dias a 1 ano	8,25%	8,20%	8,38%
	Superior a 1 ano	8,33%	8,33%	8,55%

Fonte:BCV

## **Capítulo III - SISTEMA FINANCEIRO**

### **1 INTRODUÇÃO**

O Banco de Cabo Verde, enquanto autoridade de supervisão do sistema bancário e segurador, tem por finalidade acompanhar e fiscalizar o funcionamento das instituições de crédito, seguradoras ( incluindo a mediação e as sociedades gestoras de fundos de pensões) e o mercado de capitais com vista a promover a sã concorrência, bem como a solidez e eficiência do sistema financeiro em prol da defesa dos interesses dos aforradores.

## **2 SISTEMA BANCÁRIO**

A actividade de supervisão é exercida de forma individual sobre todas as instituições, bancárias e parabancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco de Cabo Verde.

O Banco de Cabo Verde supervisiona 4 instituições bancárias, com um total de 30 agências, e três instituições parabancárias, sendo uma Sociedade de Capital de Risco (A Promotora), uma agência de câmbios (Câmbios 24 Horas) funcionando em S.Vicente, uma Sociedade emitente de cartões de crédito, SISP- Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, e um Banco Insular "Off Shore" - Instituição Financeira Internacional.

A cobertura bancária do país teve uma melhoria significativa, no que respeita a evolução da actividade bancária, sobretudo ao nível da captação de recursos e ao nível da concessão de crédito. Por um lado, constatou-se um aumento do número de balcões abertos ao público, de 29 para 30, e por outro, um acréscimo de Caixas Automáticas e cartões electrónicos de débito (ATM) em 20, distribuídos por 4 ilhas, tendo-se iniciado no 2º trimestre de 2000 a sua utilização pelo público.

A dinamização da rede de distribuição de novos produtos e serviços bancários e as novas orientações estratégicas da banca, consubstanciadas em políticas e programas de marketing, permitiram às instituições melhorarem o seu posicionamento e a sua performance num mercado mais competitivo e concorrencial.

Em Dezembro teve início a segunda fase da privatização do BCA e da CECV, com a alienação das acções destinadas a serem subscritas pelos trabalhadores e pequenos subscritores.

### **2.1 ESTRUTURA DO BALANÇO AGREGADO DO SISTEMA BANCÁRIO**

A situação patrimonial do sistema, referente ao triénio 98/2000, encontra-se reflectida nas principais rubricas do Balanço agregado do sistema, que a seguir se insere:

## Balanço Agregado do Sistema

em ECV

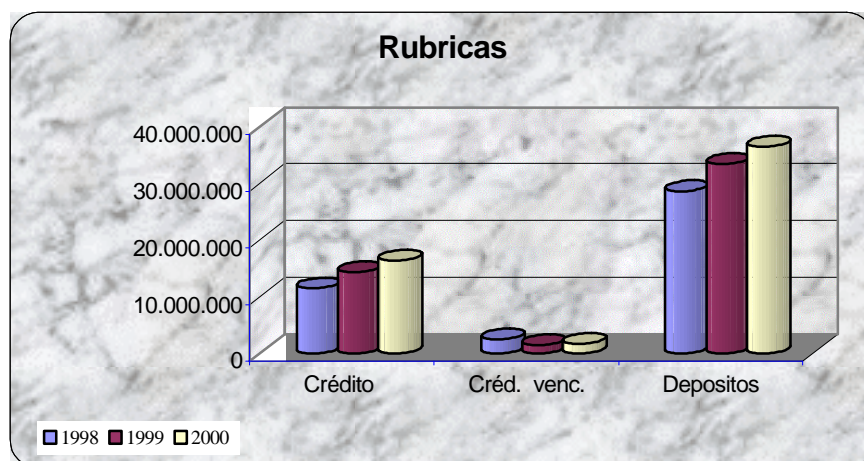
	valor			variação 1999/1998		variação 2000/1999	
	1998	1999	2000	valor	%	valor	%
Disponibilidades	7.130.842	7.871.339	11.167.201	740.497	10,38	3.295.862	41,87
Crédito	11.413.789	14.253.589	16.340.199	2.839.800	24,88	2.086.610	14,64
Crédito Vencido	2.464.167	1.484.832	1.653.105	-979.335	-39,74	168.247	11,33
Títulos:	9.802.499	9.839.500	10.141.852	37.001	0,38	275.352	2,79
OT's e BT's	9.802.499	3.036.200	3.668.000	-6.766.299	-69,03	631.800	20,81
TCMF's		6.803.200	6.433.170			-370.130	-5,44
Provisões de Crédito Vencido	1.196.420	1.558.216	1.810.075	361.796	30,24	251.859	16,16
<b>Activos Líquidos</b>	<b>35.471.754</b>	<b>38.645.477</b>	<b>45.079.705</b>	<b>3.173.723</b>	<b>8,95</b>	<b>6.434.228</b>	<b>16,65</b>
Depósitos	28.515.205	33.330.546	36.392.307	4.815.341	16,89	3.061.761	9,19
Recursos de Inst. Crédito	883.899	1.029.576	1.393.643	145.677	16,48	364.067	35,36
Recursos Próprios	3.392.460	2.924.412	3.067.203	-468.048	-13,80	142.791	4,88

Fonte: BCV

O volume total de actividade dos bancos em 2000, quando medido pelos activos líquidos totais do sistema, regista um crescimento na ordem dos 16,65%, valor este, superior ao registado no período de 1999 (8.95%).

As rubricas do Balanço que registaram alterações mais significativas, no período em análise, estão evidenciadas no gráfico seguinte

## Evolução do Crédito e dos Depósitos



### 2.1.1 Evolução do Activo

No Activo, o Crédito constitui a maior rubrica, mantendo-se em 36% em 1999 e 2000. Em comparação ao ano anterior o crédito cresceu 14,64% em 2000.

O crédito vencido representa 10,12% no ano 2000 e, em 1999 representava 10,42 % do total do crédito. É de se registar que ao longo do triénio 1998/2000, o crédito vencido passou de 2,5 milhões de contos para 1,7 milhões de contos, o que representa uma diminuição de 0,8 milhões de contos. Em relação às provisões para crédito vencido, acentua-se o aumento ao longo do triénio. Em 98/99 o aumento registado foi de 30% e em 99/2000 acusou um acréscimo de 16%

A cobertura do crédito pelos Depósitos subiu de 40 % em 98 para 43% em 99 e em 2000 aumentou em mais dois pontos percentuais, situando-se nos 45%.

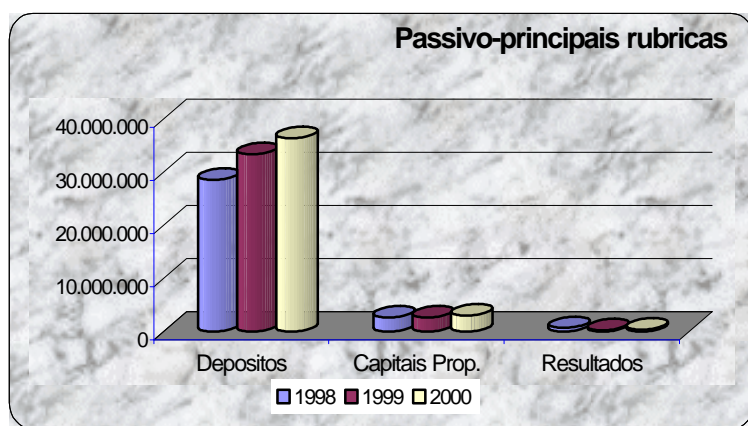
No final do ano de 2000, os Títulos da Dívida Pública existentes em carteira das instituições eram de 10.141,8 mil contos contra 9.839,5 do ano de 1999. Daquele montante, 6.433,2 mil contos são Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF), que relativamente ao ano transacto acusaram uma evolução negativa de 5,44%

### 2.1.2 Evolução do Passivo

No que diz respeito ao passivo, os depósitos dos clientes registaram um crescimento positivo de 31,38% em 99/2000, contra 16,89% em 1998/1999

Em relação aos recursos de instituições de crédito houve um aumento de 35,36% comparativamente ao ano anterior.

#### Principais Rubricas do Passivo

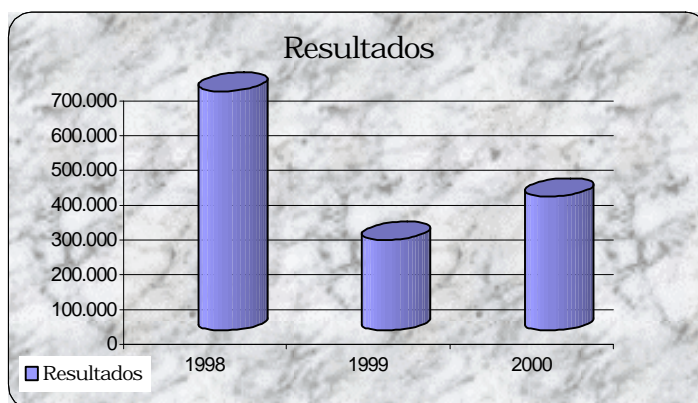


### 2.1.3 Análise de Resultados

Os resultados líquidos totais dos bancos operando no país registaram um pequeno aumento, comparativamente ao ano 1999.

Em 2000, os resultados líquidos totais do sistema bancário foram de 386,0 milhões de escudos, contra 260,9 milhões de escudos verificados no ano anterior.

#### Evolução dos Resultados do Sector



#### Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados	valor			em ECV	
	1998	1999	2000	% 99/98	% 2000/1999
1. Juros e Proveitos Equiparados	2.633.748	2.470.135	2.487.621	-6,21	0,71
2. Lucros de op. Financeiras	924.980	1.496.017	485.293	61,74	224,61
3. Rendimentos de Títulos		100.754	267.129	100,00	165,13
4. Outros Proveitos Operacionais	949.997	1.681.594	1.229.334	77,01	-26,89
5. Ganhos Extraordinários	75.623	151.710	164.385	57,96	8,35
<b>Soma</b>	<b>4.584.348</b>	<b>5.900.210</b>	<b>9.004.762</b>	<b>28,00</b>	<b>52,62</b>
1. Juros e Custos Equiparados	1.129.137	1.195.441	1.426.143	5,87	19,30
2. Prejuízos de Op. Financeiras	764.785	1.376.247	4.543.153	80,51	230,11
3. Custos Fixos	893.296	1.032.470	1.222.597	15,58	18,41
4. Outros Custos Operacionais	26.976	36.239	37.969	34,34	4,77
5. Perdas Extraordinárias	138.579	52.072	32.738	-62,42	-37,13
<b>Soma</b>	<b>2.952.733</b>	<b>3.692.468</b>	<b>7.262.600</b>	<b>25,20</b>	<b>96,69</b>
<b>Cash Flow</b>	<b>1.631.575</b>	<b>2.207.743</b>	<b>1.742.162</b>	<b>233,00</b>	<b>-21,09</b>
Amortizações do Exercício	491.152	225.830	229.600	-54,02	1,67
Provisões do Exercício	424.814	1.624.898	1.082.219	200,10	-33,40
Resultados antes de Impostos	715.609	357.015	430.343	-6,31	20,54
Impostos s/ Resultado Exercício	25.530	96.107	44.267	86,77	-53,94
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>690.079</b>	<b>260.908</b>	<b>386.076</b>	<b>-9,75</b>	<b>47,94</b>

Fonte: BCV

Outros proveitos operacionais = comissões + reposição e anulação de provisões + outros proveitos de exploração



Ao longo do triénio, a alteração dos resultados deve-se substancialmente:

- a diminuição dos rendimentos recebidos após a transformação dos títulos de dívida pública em TCMF.
- a alteração da metodologia do provisionamento do crédito vencido;
- o aumento das comissões recebidas e a melhoria dos serviços prestados com a introdução da rede Vinte4.

Em 1999, a margem financeira (juros e proveitos equiparados – juros e custos equiparados) acusou um decréscimo de 15,28% comparativamente ao ano de 1998. No ano 2000, comparativamente a 1999 teve uma diminuição de 16,73%.

Relativamente a 2000, estes valores assumem particular importância se se considerar que os rendimentos gerados por operações estritamente bancárias, (os juros de crédito interno + os de outros juros) no montante de 2.487,6 milhões de escudos, foram insuficientes para cobrir os encargos com os juros e custos equiparados (1.426,1 milhões de escudos) adicionado das amortizações de exercício (229,6 milhões de escudos) e das provisões (1.082,2 milhões de escudos).

A margem de juros diminuiu para 1.061,4 milhões de escudos, em Dezembro de 2000, e o índice de cobertura dos gastos administrativos pela margem de juros situou-se em 81% em 1999, passando para 115% no ano 2000.

## 2.1 INDICADORES DO SISTEMA BANCÁRIO

### Alguns Indicadores Bancários

		em ECV		
		1998	1999	2000
Margem de Juros	valor	1.504.611	1.274.694	1.061.478
Meios Libertos	valor	1.606.045	2.111.636	1.697.895
ROA= Resultados Líquidos/ Activo Médio	%	1,74	0,66	0,97
ROE=Resultados Líquidos/ Capitais Próprios médios	%	21,19	8,01	11,85

Fonte: BCV

Notas: (1) Resultados + dotações para amortizações e provisões

A rentabilidade do sistema, medida pelos rácios entre os resultados líquidos e o activo médio – ROA e entre os resultados líquidos e os capitais próprios médios – ROE, aumentou no ano 2000 comparativamente com 1999.

A rentabilidade líquida dos capitais próprios situou -se em 11,85% em 2000, o que comparativamente ao ano transacto traduz-se num acréscimo de 3,84 pontos percentuais.

## 2.3 PRINCIPAIS RISCOS BANCÁRIOS

Não obstante os riscos decorrentes da actividade bancária serem de natureza específica, será apenas feita referência aos principais riscos a que o nosso sistema financeiro poderá estar mais vulnerável.

### Risco de Liquidez

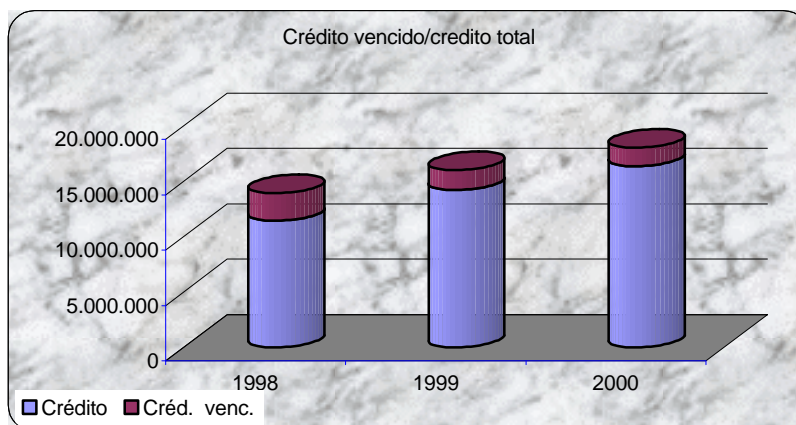
A relação “Crédito/Depósitos”, apresenta uma evolução positiva traduzida num aumento de 3 pontos percentuais em 1999 e 2 pontos percentuais no ano de 2000, atingindo os 45%. De referir, o facto de as instituições de crédito recorrerem às facilidades disponibilizadas pelo BCV e à cedência de liquidez.

O reforço das parcerias com os accionistas estrangeiros principais, seguros, governo e parceiros privados nacionais contribuíram para o aumento do índice de confiança da captação de depósitos.

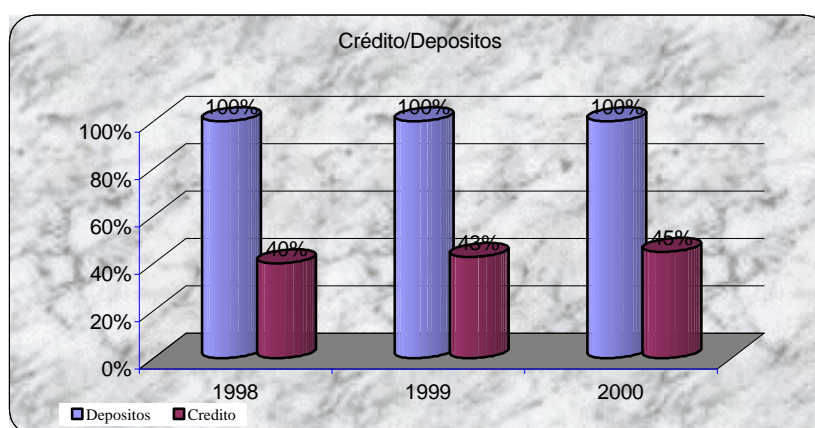
A qualidade da carteira de crédito e o risco inerente à actividade creditícia são avaliados com base no volume de crédito vencido e as respectivas provisões.

A carteira do crédito vencido do Sistema Bancário representa 10,12% do total da carteira de crédito no ano 2000, contra 10,42% registado no final do ano anterior.

### Crédito Vencido e Crédito Total



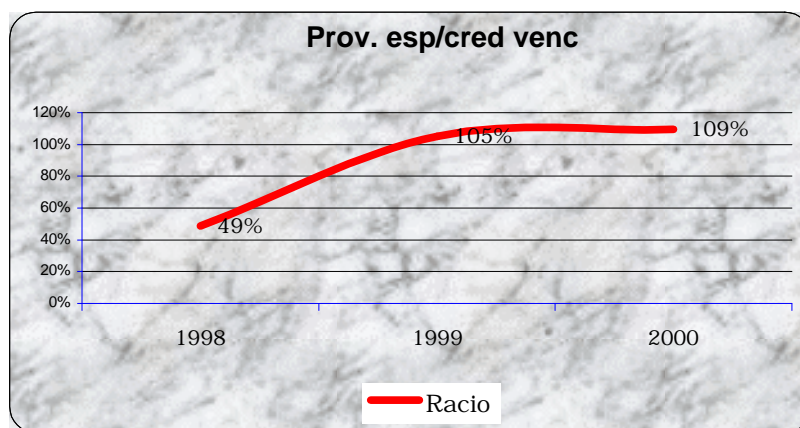
### Crédito/Depósitos



Contribuiu em parte para essa variação, as alterações de metodologia introduzidas no Aviso nº 09/98 de 28 de Dezembro e maior rigor e prudência na gestão e recuperação da carteira de crédito.

O nível mínimo de provisões específicas é calculado em função do prazo decorrido após o vencimento dos activos, ou do período decorrido após a data em que tenha sido formalmente apresentada ao devedor a exigência da sua liquidação. O gráfico seguinte ilustra a evolução das provisões ao longo do período em análise.

#### **Rácio Provisões esp. sobre Crédito Vencido**



### **3 SISTEMA SEGURADOR**

O mercado segurador nacional é constituído por duas companhias seguradoras, ambas privadas:

- Garantia- Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL;
- Impar- Companhia Cabo-verdiana de Seguros, SARL.

Completa a estrutura seguradora nacional um quadro dos mediadores de seguros, que neste momento ascende a cerca de 106, todos certificados pelo Banco de Cabo Verde. A maior parte desses mediadores são agentes e angariadores de seguro pessoas singulares.

A realçar ainda durante o ano 2000, a concretização da ligação das seguradoras com as instituições bancárias através de assinatura de protocolos bilaterais para venda de seguros nos balcões dos bancos.

### 3.1 Mercado Segurador

O grau de penetração do seguro na economia, medido pelo indicador Prémios/PIB, continuou pouco significativo, pautando praticamente pelos mesmos valores obtidos nos anos anteriores (cerca de 1,6 por cento).

A densidade dos seguros, medido pelo rácio prémios de seguro directo/número de habitantes residentes, ficou em cerca de 21,2 dólares US, em 2000.

#### Grau de Penetração e Densidade do Seguro

	%		
	1998	1999	2000
Índice de Penetração do Seguro(1)	1,54	1,56	0,02
Prémios de S.Directo p/capita em	20	21,08	21,28

Fonte: BCV

Nota: Cálculos feitos com base nas estimativas do FMI revistas em 1999 e Relatório da PNUD sobre população

A nível da legislação, regista-se a publicação do Aviso que regulamenta as garantias financeiras exigíveis às seguradoras, bem como, o decreto legislativo que define as atribuições do BCV na actividade seguradora.

Na mediação de seguros, regista-se a certificação de novos mediadores através da realização de sessões de exames pelo Banco de Cabo Verde, tanto na cidade da Praia como em Mindelo. Foi igualmente autorizado um agente pessoa colectiva, para exercer na área de mediação de seguros.

### 3.2 Carteira de Prémios

Em termos gerais, analisando a evolução da carteira de prémios, verificamos uma manutenção do ritmo de crescimento dos prémios, conjugado com a estabilidade dos resultados financeiros, a par do agravamento da taxa de Sinistralidade.

Os Prémios emitidos pelas duas seguradoras no ano de 2000 cifraram-se em 1,063 milhão de contos, o que representa, relativamente ao exercício anterior, um aumento de 136 milhões de escudos e uma taxa de crescimento de 14,7%.

Em termos líquidos, a carteira de prémios foi de 716,4 milhões de escudos, sendo que a taxa de cedência (prémios de resseguro cedido sobre prémios e seus adicionais), em 2000 fixou-se em 32 por cento.

A distribuição de seguros pelos diversos ramos foi a seguinte:

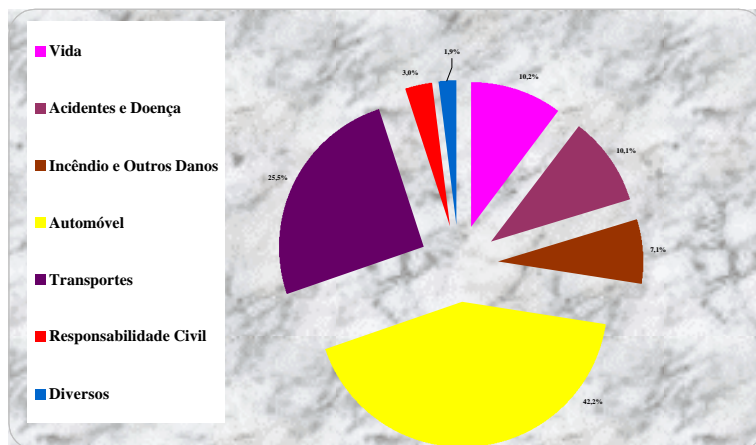
### Evolução e Estrutura da Carteira

em ECV							
	1998	1999	%		2000	%	
			var	peso		var	peso
1. Vida	16.121	17.271	7	2	108.368	527.5	10.2
2. Acidentes e Doença	102.522	106.664	4	12	107.630	0.9	10.1
3. Incêndio e O.Danos	76.617	72.007	-6	8	75.342	4.6	7.1
4. Automóvel	325.321	455.257	40	49	448.693	-1.4	42.2
5. Transportes	237.558	222.619	-6	24	271.245	21.8	25.5
6. Responsabili. Civil	18.537	28.309	53	3	31.997	13.0	3.0
7. Diversos	39.666	25.141	-37	3	19.888	-20.9	1.9
	816.342	927.268	14	100	1.063.163	14.7	100

Fonte: BCV

Na estrutura da carteira, continuou a verificar-se o maior peso dos Ramos Automóvel e Transporte, com uma representatividade de 42% e 25.5%, respectivamente, no exercício de 2000. A destacar ainda a performance do ramo “Vida” que passou de 2 para 10.2 por cento da carteira global, devido essencialmente a um negócio pontualmente, efectuado por uma das companhias.

### Estrutura da carteira em 2000



### 3.4 Aspectos Técnicos e Financeiros

#### Resultados Técnicos do Sector

Registou-se uma degradação do resultado técnico-financeiro do sector segurador no último triénio, passando o resultado da conta técnica de 148 milhões de escudos em 1998 para 79,4 milhões em 2000. Esta tendência deve-se em parte à postura oscilatória da rubrica proveitos de investimentos, bem como, ao aumento dos custos com sinistros por ajustamentos das provisões.

em ECV		
CONTA DE GANHOS E PERDAS	1998	1999
1. Prémios processados líquidos de resseguro	531.736	657.588
2. Proveitos de Investimentos	122.072	59.206
<b>PROVEITOS TÉCNICOS</b>	<b>653.809</b>	<b>716.794</b>
3. Custos com sinistros liquidados de resseguro	186.000	269.939
4. Outras prov. técnicas, liquidadas de resseguro (var)	55.456	-29
5. Participação nos resultados	538	
6. Despesas Gerais	166.090	199.956
7. Outros custos técnico/financeiros	96.762	153.231
<b>CUSTOS TÉCNICOS</b>	<b>504.845</b>	<b>623.097</b>
<b>Resultado da Conta Técnica</b>	<b>148.963</b>	<b>93.060</b>
<b>Impostos sobre os Rendimentos</b>	54.809	29.219
<b>Resultado Líquido</b>	<b>94.154</b>	<b>63.841</b>

Fonte:BCV

#### Provisões Técnicas

As provisões técnicas constituídas em 2000 sofreram um incremento de cerca de 400 milhões de escudos, totalizando no final do exercício o valor de 1,063 milhão de escudos, reflectindo, deste modo, um reforço da capacidade financeira das seguradoras, para fazer face às suas responsabilidades perante as obrigações assumidas.

## Evolução das Provisões Técnicas Brutas

em ECV

	valor		var em %	Estrutura	
	1999	2000		1999	2000
1. Provisões Matemáticas	17.889	101.610	4,68	3.55	0,10
2. Provisões par Risco em Curso	43.873	62.642	0,43	8.54	0,06
3. Prov. para sinistros a pagar	<b>556.556</b>	<b>848.936</b>	<b>0,53</b>	<b>87.91</b>	<b>0,84</b>
dos quais : Vida	2.343	518	-0,78		
A. de Trabalho	91.906	82.852	-0,10		
Automóvel	288.851	465.090	0,61		
Outros	173.455	300.476	0,73		
4. Desvios de Sinistralidade					
	<b>618.318</b>	<b>1.013.187</b>	<b>0,64</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

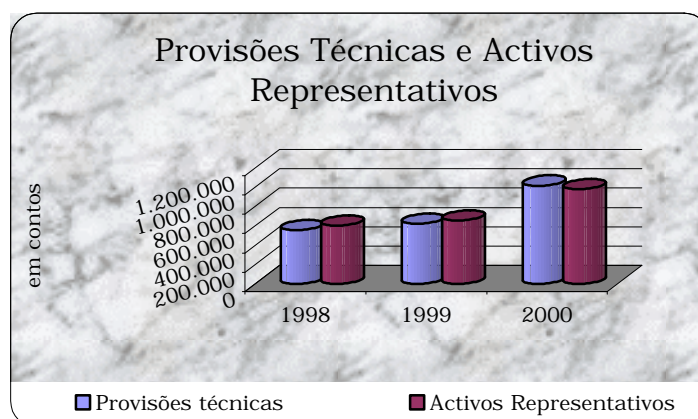
Fonte:BCV

Nota: Os activos representativos de 2000, incluem uma verba de 404 mil contos da parte dos resseguradores nas provisões técnicas apresentadas por uma das seguradoras

O rácio de provisionamento, relação provisões técnicas versus prémios e seus adicionais, cresceu significativamente, passando o peso das provisões técnicas nos prémios de 67 por cento em 1999 para 95 por cento no ano 2000. As provisões para sinistro representaram 83 % do total das provisões técnicas.

Quanto aos investimentos representativos das provisões técnicas, atingiram um montante de 979,2 milhões de escudos o que representa uma insuficiência de cobertura das provisões técnicas de cerca de 33,9 milhões de escudos, à data de 31 de Março de 2001.

### Provisões Técnicas e seus Investimentos



De realçar que os investimentos representativos das provisões são constituídos na sua maior parte por títulos de rendimento variáveis.



### Cobertura das Provisões Técnicas por Activos

		em ECV		
		1998	1999	2000
1. Provisões Técnicas	valor	552.211	618.318	1.013.187
2. Activos Representativos	valor	599.717	650.860	979.287
2/1. Grau de Cobertura	(%)	1,09	1,05	0,97

Fonte:BCV

Quanto aos rendimentos dos investimentos afectos às provisões, totalizaram cerca de 37,5 milhões de escudos, diminuindo ligeiramente face ao ano anterior.

### Investimentos totais

Os investimentos globais atingiram 1 milhão de contos, crescendo 12% comparativamente com o ano anterior.

### Investimentos Totais

	valor		%	valor	%
	1998	1999	99/98	2000	2000/99
1. Imóveis	132.578	205.280	0,58	219.607	6.9
2. Investimentos Financeiros	706.685	735.444	4.1	781.255	6.2
2.1. Títulos de rendimento variável	339.690	341.685	0.6	349.996	0,02
2.2. Títulos de rendimento fixo	222.209	244.606	10.1	226.114	-0,08
2.3. Depó. a prazo nas I. de crédito	144.786	149.153	0,03	205.146	0,38
3. Depós junto de empresas cedentes	1.142	1.142	0,00		0,00
Total	840.404	941.866	12.1	1.000.862	6.4

Fonte:BCV

As aplicações em Títulos de Rendimento Variável (Bilhetes do Tesouro) e em Títulos de Rendimento Fixo representam as fatias mais significativas, com cerca de 35 % e 22.6 % respectivamente, enquanto que os terrenos e edifícios correspondem a 21.9 % do investimento total.

### Margem de Solvência e Fundo de Garantia

O montante da margem a constituir em 2000 pelas seguradoras ascendeu a 292,6 milhões de escudos, crescendo 47 por cento em relação ao ano anterior.

Assim, e como se pode constatar pelo quadro infra, a taxa de cobertura foi de 254 por cento, o que representa uma descida relativa ao nível da cobertura (elementos constitutivos sobre montante da margem a constituir), na ordem dos 70 pontos percentuais.

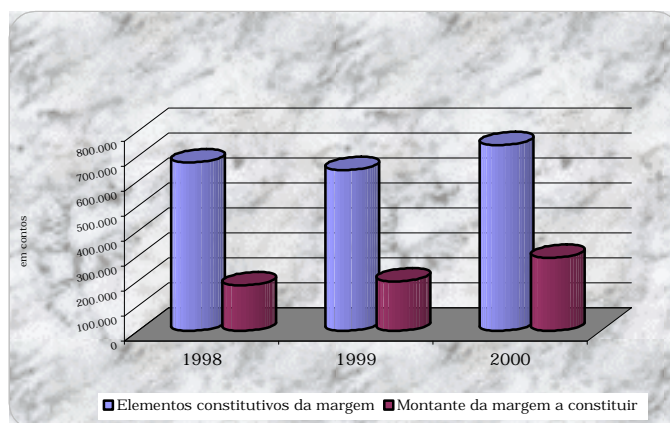
### Grau de Cobertura da Margem de Solvência

		em ECV		
		1998	1999	2000
Margem	valor	676.000	644.752	745.140
2. Montante da Margem a constituir	valor	182.001	198.538	292.638
1/2. Taxa de cobertura	(%)	3,71	3,25	2,55

Fonte:BCV

Para a diminuição do grau de cobertura da margem terá contribuído o reforço das provisões técnicas realizado pelas seguradoras tanto no ramo automóvel como no ramo incêndio.

### Margem de Solvência



## **IIª Parte**

### **Relatório e Contas**

#### **I ACTIVIDADES DO BANCO DE CABO VERDE EM 2000**

##### **1.1 Execução da Política Monetária**

Tendo em conta os objectivos definidos para a política monetária durante o ano 2000, o Banco de Cabo Verde adoptou uma série de medidas e desenvolveu esforços no sentido de consolidar a aplicação da metodologia de controlo monetário indirecto, em utilização desde 1999. Destacam-se os esforços no sentido da dinamização do mercado interbancário, as medidas adoptadas no sentido de concretizar a realização de operações de “Open- Market” e, a implementação de medidas de suporte ao funcionamento do Mercado Monetário Interbancário.

##### **1.2 Execução da política cambial**

A nível da política cambial, continua em vigor o acordo de cooperação cambial assinado entre Cabo Verde e Portugal, assente na criação das condições de suporte para a convertibilidade do escudo cabo-verdiano. A vigência do referido acordo continua a garantir alguma estabilidade cambial ao país.

#### **2. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS**

As competências do Banco de Cabo Verde, enquanto autoridade monetária, estão contidas no Decreto-Lei n.º 2/V/96, que aprova a Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde. Neste âmbito, o Banco tem como atribuição principal colaborar na definição e execução da política monetária, tendo em conta a manutenção da estabilidade dos preços no quadro da política económica global do Governo. A estrutura orgânica aprovada no ano anterior com o intuito de materializar o estatuído na lei anteriormente referida, permanece inalterada:

- Gabinete do Governador (GG);
- Gabinete de Assessoria (GA);
- Departamento de Serviços Jurídicos (DSJ);
- Departamento de Emissão e Mercados (DEM);
- Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras (DSU);
- Departamento de Estatística e Estudos Económicos (DEE);

- Departamento de Contabilidade e Sistemas de Pagamento ( DCP);
- Departamento de Recursos Humanos, Planeamento e Sistemas de Informação ( DRS);
- Departamento de Administração Geral e Serviços de Apoio (DAP).

Coube a cada um dos departamentos a realização de um conjunto de actividades orientadas para a prossecução dos objectivos traçados, no âmbito da lei orgânica:

## **2.1 Departamento de Emissão e Mercados (DEM)**

O Departamento de Emissão e Mercados tem como objectivo principal a execução das políticas monetária e cambial definidas, utilizando os instrumentos de intervenção do Banco nos domínios dos mercados interbancário e de crédito, bem como a gestão das reservas.

No rol das acções desenvolvidas por este departamento no ano 2000, merecem destaque:

- as tendentes à dinamização do mercado monetário interbancário que culminaram com a realização das primeiras operações de cedência e absorção de liquidez entre as instituições;
- a proposta de aprovação do instrumento “ Facilidades Permanentes de Cedência ou Absorção de Liquidez” , submetida ao Conselho de Administração;
- a conclusão do processo de transformação de OT da carteira das instituições bancárias em TCMF;
- o início do desenvolvimento de uma rotina informática, em cooperação com o Banco de Portugal, que possibilitará a revisão da actual base de dados do sistema de gestão de títulos e outros ajustes necessários à implementação de medidas de suporte do funcionamento do Mercado Monetário Interbancário;
- a elaboração um calendário indicativo de emissão de Bilhetes de Tesouro – renovação e novas emissões;
- a elaboração de um estudo previsional dos requisitos futuros das notas do Banco

## **2.2 Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos (DEE)**

O Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos tem por missão essencial a elaboração de estudos económicos e a compilação de dados de natureza estatística, directa ou indirectamente concorrentes para o exercício das funções de banco central, nomeadamente, nos domínios das políticas monetária e cambial.

No âmbito do cumprimento da missão que lhe é atribuída este, departamento desenvolveu as acções seguintes:

- elaboração e publicação dos Boletins de Estatísticas com periodicidade mensal e trimestral;
- elaboração do programa monetário para o ano 2000;
- produção do Boletim Económico e de Indicadores Económicos e Financeiros;
- elaboração do Relatório do Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde.

### **2.3 Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras (DSU)**

O Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras tem por missão essencial acompanhar e fiscalizar o funcionamento das instituições de crédito, seguradoras (incluindo as sociedades de mediação e sociedades gestoras de fundos de pensões) e o mercado de capitais, com vista a promover a sã concorrência, bem como o aumento da solidez e eficiência no sistema financeiro em prol da defesa dos interesses dos aforradores.

Com o intuito de concretizar os objectivos a que se propôs, este departamento desenvolveu um conjunto de acções.

Na área da Supervisão das Instituições Bancárias, o departamento :

- intensificou as medidas destinadas à análise e acompanhamento das actividades das Instituições Bancárias;
- produziu instruções adicionais ao Plano de Contas para o sistema bancário com vista à sua melhor adequação, tendo em conta o aparecimento de situações pontuais que dificultavam a sua implementação.
- adaptou o Plano de Contas para o sistema parabancário;
- participou no ajustamento e revisão das normas prudenciais—Regulamentos, Avisos, Instruções Técnicas .

Na área de Supervisão do Sistema Segurador:

- procedeu à revisão do enquadramento legal do sector segurador;
- publicou o Aviso sobre as garantias financeiras, representação e caucionamento, provisões técnicas.

- apreciou a proposta de institucionalização do selo de controle do seguro de responsabilidade civil obrigatório automóvel;
- elaborou um estudo de viabilidade do “Fundo de Garantia Automóvel”;
- preparou as normas e procedimentos que regulam a actividade dos intermediários no mercado de valores, o regulamento referente aos custos ( comissões e taxas), bem como o regulamento das ofertas públicas de subscrição e das ofertas públicas de venda das acções.

## **2.4 Departamento de Recursos Humanos, Planeamento e Sistemas de Informação (DRS)**

O Departamento de Recursos Humanos, Planeamento e Sistemas de Informação tem como objectivos principais gerir, numa perspectiva organizacional, as estruturas orgânicas do Banco, assegurando o desenvolvimento e a afectação dos recursos humanos pelas unidades organizacionais, concebendo e elaborando o Plano Estratégico do Banco e desenvolvendo os sistemas de informação.

Com vista a atingir os objectivos traçados, o departamento elaborou um conjunto de documentos, de que se destacam:

- o Projecto do Novo Regulamento de Recrutamento e Selecção de Pessoal;- elaboração do Manual de Selecção de Pessoal;
- o Manual e Programa de Acolhimento de Novos Empregados;
- elaboração de um programa de cessação do contrato de trabalho e concessão de pensões de reforma para trabalhadores com idade superior a 50 anos;

Paralelamente, desenvolveu um conjunto de acções, merecendo destaque:

- a criação de uma página do Banco de Cabo Verde na Internet com o intuito de divulgar informações úteis e as actividades do Banco, bem como publicar as informações produzidas.

## **2.5 Departamento de Contabilidade e Sistemas de Pagamentos ( DCP)**

O Departamento de Contabilidade e Sistemas de Pagamentos tem como missões fundamentais definir e gerir o sistema contabilístico-financeiro do Banco, assegurar a participação do banco no sistema de pagamentos nacional e preparar e acompanhar a execução do banco na vertente exploração e de investimento.

O departamento realizou as seguintes acções tendentes à prossecução dos objectivos preconizados:

Na área de Contabilidade e Controle Orçamental:

- procedeu à tipificação das operações contabilistas referentes às áreas de benefícios sociais, tesouraria, contabilidade, estrangeiro e património;

Na área de Sistemas de Pagamentos:

- reformulou os princípios e procedimentos do regulamento de compensação interbancária;
- procedeu à revisão do regulamento sobre a restrição ao uso de cheques;
- implementou a central de incidentes de cheques.

## **2.6 Departamento de Administração Geral e Serviços de Apoio (DAP)**

O DAP tem por missão coordenar e orientar as actividades que concorram para a gestão dos bens e serviços de apoio ao funcionamento do Banco e sua segurança, bem como coordenar e gerir os serviços de apoio aos empregados .

Por forma a atingir os objectivos acima mencionados, desenvolveu as seguintes actividades em 2000:

- adoptou novas rotinas informáticas e desencadeou acções destinadas a alargar o leque de benefícios e apoio social, destinados as funcionários;
- procedeu à inventariação do património rústico e urbano do BCV;

## **2.7 Departamento de Serviços Jurídicos (DSJ)**

O Departamento de Serviços Jurídicos tem por missão prestar serviços jurídicos em todas as matérias de relevância jurídica solicitadas pelo Banco de Cabo Verde.

Para materializar tais objectivos, produziu diversos estudos de carácter normativo, tanto no âmbito da actividade bancária, como da seguradora, sendo de destacar os seguintes:

- Boletim do consumidor para o sector segurador;
- Decreto-Lei sobre restrição ao uso de cheque;
- Seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel;
- Seguro de acidentes de trabalho;
- Projecto de diploma que põe em circulação a nota de 5000\$00;
- Regulamento de mútuas de seguros;
- Regulamentação do micro-crédito.

## **2.8 Cooperação com Outras Instituições**

No âmbito das relações com Organismos Internacionais e outros Bancos Centrais, no decurso do ano 2000, o Banco de Cabo Verde(BCV), fez-se representar nos seguintes eventos:

- Reunião extraordinária de Governadores da Associação dos Bancos Centrais Africanos, em Abudja-Nigéria, 15 a 20 de Janeiro;
- Conferência sobre “ O mundo off-shore no próximo milénio”,
- Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento da Boa-Vista, ilha do Sal, 28-29 de Abril;
- Reunião extraordinária dos Governadores dos Bancos Centrais da CEDEAO- Dakar, 3 a 6 de Maio;
- IIº Fórum sobre Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação dos Bancos Centrais dos países da CPLP, Lisboa- 24 a 26 de Maio;
- 11ª Conferência Internacional de Supervisores Bancários, Basel, Suíça - 18 à 22 de Setembro;
- 10º Encontro dos Governadores dos Bancos Centrais dos Países Francófonos, Paris, 20 a 22 de Setembro;
- Assembleia Anual Conjunta do FMI, Praga- 22 a 28 de Setembro;



- 6ª conferência da ASSEL/Associação dos Supervisores de Seguros Lusófonos), São Tomé e Príncipe;
- 8º Encontro de Juristas bancários de Expressão Portuguesa, Brasil, 26 a 30 de Novembro;
- Reunião dos Governadores dos Banco centrais da CEDEAO, Mali, 11 de Dezembro;
- reuniões, Lisboa, no âmbito da construção da nova sede do BCV e, ainda, no quadro da COMACC(Comissão de Acompanhamento Cambial);
- visita à Autoridade Monetária e Cambial de Macau, 26 a 30 de Março.
- 1º Encontro Nacional de Economistas, Fórum Nacional realizado na cidade da Praia, 22 e 23 de Junho.
- Visita do Sr. Governador da BCEAO, por ocasião da Conferência sobre “ Zonas Monetárias Óptimas – a experiência da BCEAO e o projecto de criação da zona monetária única da CEDEAO, Praia 5 de Dezembro de 2000.

### **3 Relatório e Contas**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o plano de contas do Banco de Cabo Verde.

A situação patrimonial do Banco referente a 31 de Dezembro de 2000, que se insere mais adiante, inclui algumas alterações a nível dos agregados do balanço, nomeadamente:

- transformação de parte das Obrigações de Tesouro em Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- cedência de fundos, garantidos por títulos, às instituições financeiras através de operações especiais de reporte;
- as participações financeiras encontram-se registadas pelo critério de custo de aquisição;
- alienação às sociedades SIBS e UNICRE de parte do capital do Banco na Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SISP, entre outras;
- os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são valorizados ao câmbio do último dia do mês, sendo as diferenças cambiais relevadas como resultados. Em 31 de dezembro de 2000, foi utilizada a provisão constituída em 1999 ( decorrente das mais valias verificadas naquele período) para cobrir o resultado líquido negativo apurado nas diferenças cambiais, em cerca de 49 milhões de contos.

**Activo**

	<b>2000</b>	<b>1999</b>	<b>Variação</b>
<b>Activos sobre o exterior</b>	<b>4.003.294.515,00</b>	<b>7.989.028.608,00</b>	<b>-3.985.734.093,00</b>
Disponibilidades e outras aplicações	3.351.899.993,00	7.368.518.972,00	-4.016.618.979,00
Crédito a não residentes	651.394.522,00	620.509.636,00	30.884.886,00
Títulos estrangeiros	0,00	0,00	0,00
<b>Activos s/ organismos internacionais</b>	<b>214.179.877,00</b>	<b>210.392.100,00</b>	<b>3.787.777,00</b>
Fundo Monetário Internacional	0,00	0,00	0,00
Posição de Reserva	374.083,00	233.720,00	140.363,00
Direitos de saque especiais	5.835.487,00	2.188.073,00	3.647.414,00
Participação em organ. internacionais	207.970.307,00	207.970.307,00	0,00
<b>Crédito Interno</b>	<b>3.491.056.785,00</b>	<b>2.331.386.774,00</b>	<b>1.159.670.011,00</b>
Crédito às instituições financeiras	541.345.685,00	331.373.168,00	209.972.517,00
Crédito ao Estado	2.561.805.793,00	1.588.421.328,00	973.384.465,00
Crédito a outros residentes	387.905.307,00	411.592.278,00	-23.686.971,00
<b>Títulos Nacionais</b>	<b>8.832.560.000,00</b>	<b>5.798.110.000,00</b>	<b>3.034.450.000,00</b>
<b>Medalhística/Numismática</b>	<b>90.444.554,00</b>	<b>83.084.454,00</b>	<b>7.360.100,00</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>311.675.792,00</b>	<b>272.064.429,00</b>	<b>39.611.363,00</b>
<b>Devedores e outros activos</b>	<b>82.251.516,00</b>	<b>92.507.535,00</b>	<b>-10.256.019,00</b>
<b>Contas de regularização</b>	<b>925.637.598,00</b>	<b>473.422.230,87</b>	<b>452.215.367,13</b>
<b>Activo Total</b>	<b>17.951.100.637,00</b>	<b>17.249.996.130,87</b>	<b>701.104.506,13</b>

**Passivo**

	<b>2000</b>	<b>1999</b>	<b>Variação</b>
<b>Notas/ Moedas em circulação</b>	<b>7.023.762.308,00</b>	<b>6.625.027.254,00</b>	<b>398.735.054,00</b>
<b>Responsab. p/ c/ o exterior</b>	<b>1.592.554.254,00</b>	<b>1.432.413.579,00</b>	<b>160.140.675,00</b>
Responsab. p/ c/ o exterior/ME	223.638.123,00	179.399.183,00	44.238.940,00
Depósitos e outras responsab.	56.451.923,00	23.412.303,00	33.039.620,00
Empréstimos e outros créditos	0,00	0,00	71.253.600,00
Fundo Monetário Internacional	95.932.600,00	91.440.080,00	4.492.520,00
Atrib. Direitos de Saque esp.	71.253.600,00	64.546.800,00	6.706.800,00
Resp. p/c/ out. Org. intern.	0,00	0,00	0,00
Responsab. p/ c/ o exterior/MN	0,00	0,00	0,00
Resp. p/c/ out. Org. intern.	1.368.916.131,00	1.253.014.396,00	115.901.735,00
Resp. p/c/ residentes	0,00	0,00	0,00
<b>Resp. p/c/ residentes/ME</b>	<b>308.629.162,00</b>	<b>1.915.633.349,00</b>	<b>-1.607.004.187,00</b>
Resp. p/c/ Inst. Financeiras	24.542.907,00	16.189.200,00	8.353.707,00
Resp. p/c/ Estado	284.086.255,00	1.899.444.149,00	-1.615.357.894,00
Resp. p/c/ outros residentes	0,00	0,00	0,00
<b>Resp. p/c/ residentes/MN</b>	<b>6.822.124.538,00</b>	<b>5.601.570.447,92</b>	<b>1.220.554.090,08</b>
Resp. p/c/ Inst. Financeiras	6.472.472.074,00	5.028.919.424,92	1.443.552.649,08
Resp. p/c/ Estado	349.652.464,00	572.651.023,00	-222.998.559,00
Resp. p/c/ outros residentes	0,00	0,00	0,00
<b>Exigibilidades diversas</b>	<b>31.608.732,00</b>	<b>31.609.859,30</b>	<b>-1.127,30</b>
<b>Contas de Regularização</b>	<b>69.404.040,00</b>	<b>81.702.931,44</b>	<b>-12.298.891,44</b>
<b>Provisões</b>	<b>1.246.716.139,00</b>	<b>1.170.962.665,00</b>	<b>75.753.474,00</b>
<b>Reservas</b>	<b>121.186.399,00</b>	<b>103.713.987,00</b>	<b>17.472.412,00</b>
<b>Capital</b>	<b>200.000.000,00</b>	<b>200.000.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados transitados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Lucros do exercício</b>	<b>535.115.065,00</b>	<b>87.362.058,21</b>	<b>447.753.006,79</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>17.951.100.637,00</b>	<b>17.249.996.130,87</b>	<b>701.104.506,13</b>

### 3.1 Análise do Balanço

Para uma análise comparativa face ao ano anterior, recorremos ao quadro síntese dos agregados do activo e do passivo do Banco de Cabo Verde.

No global verifica-se uma variação positiva da ordem dos 701.104.506 ( setecentos e um milhões, cento e quatro mil, quinhentos e seis escudos), que representa um acréscimo de 4,1%, relativamente ao ano anterior.

<b>Activo</b>			
	<b>2000</b>	<b>1999</b>	<b>Varição</b>
Disponibilidades e outras aplicações	3.351.899.993,00	7.368.518.972,00	-4.016.618.979,00
Crédito a não residentes	651.394.522,00	620.509.636,00	30.884.886,00
Títulos estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Fundo Monetário Internacional	0,00	0,00	0,00
Posição de reserva	374.083,00	233.720,00	140.363,00
Direitos de saque especiais	5.835.487,00	2.188.073,00	3.647.414,00
Participação em outros org. Internacionais	207.970.307,00	207.970.307,00	0,00
Crédito às Instituições Financeiras	541.345.685,00	331.373.168,00	209.972.517,00
Crédito ao Estado	2.561.805.793,00	1.588.421.328,00	973.384.465,00
Crédito a outros residentes	387.905.307,00	411.592.278,00	-23.686.971,00
Títulos nacionais	8.832.560.000,00	5.798.110.000,00	3.034.450.000,00
<b>Medalhística/Numismática</b>	90.444.554,00	83.084.454,00	7.360.100,00
<b>Imobilizado</b>	311.675.792,00	272.064.429,00	39.611.363,00
<b>Devedores e outros activos</b>	82.251.516,00	92.507.535,00	-10.256.019,00
<b>Contas de regularização</b>	925.637.598,00	473.422.230,87	452.215.367,13
<b>Activo Total</b>	<b>17.951.100.637,00</b>	<b>17.249.996.130,87</b>	<b>701.104.506,13</b>

#### Do lado do Activo importa realçar :

- a diminuição de 4.016.618.979\$00 nas disponibilidades e outras aplicações no exterior, explicada pela diminuição verificada nas rubricas depósitos à ordem no estrangeiro, devedores não residentes ME e, outras disponibilidades sobre o estrangeiro. A não ocorrência de encaixes de privatizações, no ano 2000, esteve na origem da quebra registada ao nível dos depósitos à ordem no estrangeiro. Por seu turno, a conta devedores não residentes ME foi totalmente

regularizada no decurso do exercício\*. As outras disponibilidades sobre o estrangeiro diminuíram em virtude da transferência dos fundos destinados à constituição do Trust Fund.

- o aumento de 30.884.886\$00 na rubrica crédito a não residentes que se justifica pelas regularizações cambiais feitas no período, não obstante os pagamentos realizados pelos Bancos de S. Tomé e de Cuba, no quadro dos acordos de pagamento ainda em vigor.

- a posição de reservas líquidas perante o FMI apresenta uma variação absoluta de 374.083\$00.

Posição de reserva : posição activa líquida perante o FMI

#Quota FMI Moeda Nacional	1.337.665.236\$00
---------------------------	-------------------

#Depósito do FMI - M Nacional - Conta nº 1	<u>(1.337.291.153\$00)</u>
--	----------------------------

**374.083\$00**

- os Direitos de Saques Especiais, no valor de 2.188.073\$00, representam 14.836 DTS, unidade de conta do FMI.

- as Participações em Organismos Internacionais encontram-se desagregadas da forma que se segue:

BANCO AFRICANO DESENVOLVIMENTO	111.427 600\$00
AFREXIMBANK - BANK AFRIC. DÉXPORT. IMPORT Encontra-se realizado 40% do valor subscrito pelo Banco	86.500 000\$00
BANCO MUNDIAL	6.695 138\$00
ASSOCIAÇÃO INTERN. DESENVOLVIMENTO	3.347 569\$00

- o aumento de 3.034.450\$00, na rubrica títulos nacionais, que reflecte as participações financeiras do Banco de Cabo Verde em entidades nacionais (SOCAPESCA e SISF), subscrição de Títulos da Dívida Pública (OT) e, aquisição a título definitivo de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) junto a algumas instituições financeiras (BCA, CECV, INPS). Reflecte, ainda operações de “repos” com as instituições bancárias.

---

\* O saldo de 1.085.049\$00 da rubrica devedores não residentes ME, referente ao acordo assinado com o Estado relativo à antecipação de divisas por conta da ajuda externa, foi totalmente regularizada , no decurso do exercício.

- a rubrica Crédito a Outros Residentes inclui créditos de natureza comercial que por força do protocolo de separação do Banco - transformação de activos e passivos para o BCA – ficaram no Banco de Cabo Verde. Encontram-se cobertos de provisão em cerca de 83%.

- a rubrica Imobilizações apresenta a seguinte desagregação:

### Imobilizado

	Activo	Amortizações	Activo Líquido
Imóveis ao serviço próprio	368.597.000	137.201.000	231.396.000
Outros Imóveis	6.015.000	1.685.000	4.330.000
Equipamento:			0
Mobiliário e material	83.934.000	48.439.000	35.495.000
Máquinas e ferramentas	44.621.000	30.088.000	14.533.000
Equipamento informático	48.994.000	41.787.000	7.207.000
Instalações interiores	39.903.000	39.181.000	722.000
Material de transporte	24.080.000	13.361.000	10.719.000
Património artístico	3.291.000	0	3.291.000
Outras imobilizações corpóreas	353.000	0	353.000
Incorpóreas	30.509.000	22.879.000	7.630.000
<b>Total</b>	<b>650.297.000</b>	<b>334.621.000</b>	<b>315.676.000</b>

Fonte: BCV

A sub-rubrica Imobilizações em Curso inclui:

Software	4.415.000\$00
Imóveis	54.382.000\$00
Equipamentos	7.759.000\$00

- o acréscimo de 425.215.367\$00 na rubrica Contas de Regularização explicado pelos avanços na conta tesouro a regularizar, bem como situações internas e transitórias.

A Conta de regularizações apresenta a composição seguinte:

Proveitos a receber	9.470.000\$00
Despesas com custo diferido	240.660.000\$00
Outras contas internas e de regularização	675.507.000\$00

**Passivo**

	2000	1999	Variação
Notas/Moedas em circulação	7.023.762.308,00	6.625.027.254,00	398.735.054,00
Dep. e outras resp.p/c/ ext. ME	56.451.923,00	23412303	33.039.620,00
Emp. Out. Créditos ext. ME	0,00	0,00	0,00
Resp. p/c/ out. Org. intern.ME	71.253.600,00	64.546.800,00	6.706.800,00
Atrib. Direitos de Saque esp.	95.932.600,00	91.440.080,00	4.492.520,00
Resp. p/c/ out. Org. intern.MN	1.368.916.131,00	1.253.014.396,00	115.901.735,00
			0,00
Resp. p/c/ Inst. Financeiras ME	24.542.907,00	16.189.200,00	8.353.707,00
Resp. p/c/ Estado ME	284.086.255,00	1.899.444.149,00	-1.615.357.894,00
Resp. p/c/ outros residentes ME	0,00	0,00	0,00
Resp. p/c/ Inst. Financeiras MN	6.472.472.074,00	5.028.919.424,92	1.443.552.649,08
Resp. p/c/ Estado MN	349.652.464,00	572.651.023,00	-222.998.559,00
Exigibilidades diversas	31.608.732,00	31.609.859,30	-1.127,30
Contas de Regularização	69.404.040,00	81.702.931,44	-12.298.891,44
<b>Situação Líquida</b>			
Capital	200.000.000,00	200.000.000,00	0,00
Reservas	121.186.399,00	103.713.987,00	17.472.412,00
Provisões	1.246.716.139,00	1.170.962.665,00	75.753.474,00
Resultados transitados	0,00	0,00	0,00
Lucros do exercício	535.115.065,00	87.362.058,21	447.753.006,79
<b>Passivo Total+ Situação Líquida</b>	<b>17.951.100.637,00</b>	<b>17.249.996.130,87</b>	<b>701.104.506,13</b>

**Por sua vez, do lado do Passivo regista-se:**

- o aumento de 398.735.054\$00 das Notas e Moedas em Circulação, o que representa um aumento de 6% em relação a 1999, em parte, resultado do financiamento do orçamento rectificativo de Novembro de 2000.

- a rubrica Responsabilidades para com Organismos Internacionais Moeda Estrangeira, que conhece um aumento derivado da flutuação cambial do Dólar, inclui:

- a participação do Banco de Cabo Verde por realizar no Afreximbank no valor de 600.000\$00, representativo de 60% de participação de capital naquele organismo.

- atribuição de Direitos de Saques Especiais no valor de 95.932.600\$00, correspondente a 620. 000 DTS.

- a rubrica responsabilidades para com Organismos Internacionais Moeda Nacional representa depósitos de organizações internacionais no Banco de Cabo Verde.



- as Responsabilidades para com Residentes-ME representam depósitos de Instituições Financeiras no país em ME.
- as Responsabilidades p/ c/ Estado ME no valor de 284.086.000\$00, representando depósitos de projectos de investimentos financiados por parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde e a contrapartida do activo relativo aos depósitos da Cabo Verde Trust Fund- Fundo de Estabilização da Dívida Interna no valor de 9.503.000\$00
- Depósitos de Instituições Financeiras no País MN refere-se, predominantemente, aos depósitos associados ao cumprimento das reservas mínimas de caixa.
- Responsabilidades para com o Estado referente a depósitos de projectos de investimentos, bem como os desembolsos de linhas de crédito cedidos por organismos internacionais e geridos até a separação pelo Banco de Cabo Verde, tendo atingido o montante de 349.652.000\$00.
- A rubrica Exigibilidade Diversas refere-se ao saldo da conta moedas retiradas de circulação, que representa a responsabilidade do Banco perante terceiros detentores, enquanto não se cumprir o respectivo prazo de prescrição.

Moedas retiradas de circulação c/ Banco	31.328.000\$00
Outras exigibilidade	197.849\$00

#### **Relativamente à situação Líquida:**

- O capital social do Banco de Cabo Verde é de 200.000.000\$00.
- aumento das reservas em 17%, decorrente da incorporação dos resultados do exercício do ano anterior.
- Aumento de 75.753.474\$00 na rubrica Provisões, motivado pelo reforço de provisões para fazer face aos pagamentos de pensões de reforma, provisões para outros riscos e provisões para tratamento do pessoal no exterior.
- constata-se uma variação positiva de 447.753.006\$00 nos resultados do exercício.

## Indicadores de Estrutura

		1999	2000
<b>Taxa de Cobertura de Emissão</b> (Res. Cambiais liq. + Out. Garantias)/Emissão Monetária	%	107,32	106,76
<b>Coberura de Emissão pelas Reservas Cambiais</b> Reservas Cambiais Líquidas/ Emissão Monetária	%	45,90	24,80
<b>Disponibilidades em função de Responsabilidades</b> Activos sobre o Exterior/ Responsabilidades em ME	nº de vezes	3,99	9,19
<b>Crédito de Natureza Comercial/ Crédito Concedido</b> Crédito de Natureza Comercial/ Crédito Concedido	%	35,66	17,75
<b>Provisão/ Crédito de Natureza Comercial</b> Provisão/ Crédito de Natureza Comercial	%	86,79	92,66

Fonte: Banco de Cabo Verde

A taxa de cobertura da emissão situou-se nos 106,76%, o que representa uma ligeira diminuição de cerca de 0,56% em relação ao ano anterior. Este comportamento explica-se pelo decréscimo das reservas cambiais líquidas, não obstante o aumento verificado no agregado outras garantias.

As Reservas Cambiais Líquidas garantem a Cobertura da Emissão Monetária em 24,8%. A redução das Reservas Cambiais esteve na origem do decréscimo de 21,8% verificado nesta taxa.

Em 2000, as disponibilidades asseguram a cobertura das responsabilidades em ME em 9,19 vezes. Note-se, porém, que este índice encontra-se enviesado pelos valores do Trust Fund. Caso não se verificasse, a variação não seria positiva de 5,2 mas negativa de 6,78.

O Crédito Comercial representa 17,75% do Crédito Concedido. A variação negativa registada neste índice explica-se pelo aumento do Crédito Interno, nomeadamente o crédito concedido ao Estado.

A taxa de Cobertura do Crédito Comercial em relação à Provisão constituída situa-se em 92,66%, o que representa um acréscimo de 5,87% em relação ao ano anterior. Este comportamento deve-se à recuperação do Crédito, apesar de a referida provisão no valor de 1.085.049\$00 ter sido utilizada na totalidade.

### 3.2 Demonstração de Resultados do Exercício

O apuramento de resultados do exercício, reportado a Dezembro de 2000, encontra-se explicitado no mapa “**Demonstração de Resultados do Exercício**”, que a seguir se insere:

ECV

<b>Custos e Perdas</b>	<b>2000</b>	<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>2000</b>
<b>Juros e Custos Equiparados</b>	<b>11.973.516</b>	<b>Juros e Proveitos Equiparados</b>	<b>790.572.980</b>
Juros de responsab. p/ c/ exterior	4.323.459	De operações c/ exterior	148.272.912
Juros de responsab.p/ c/ residentes	7.650.057	De financ. s Inst. Financ. do País	29.209.544
		De financ. ao Estado	277.065.404
		De Títulos nacionais	311.200.521
		De outros juros	24.824.599
		<b>Rendimentos de títulos</b>	<b>0</b>
<b>Comissões e outros custos bancários</b>	<b>6.252.317</b>	<b>Comissão e out. prov. lucros</b>	<b>25.250.298</b>
<b>Prejuízos em operações financeiras</b>	<b>5.309.900</b>	<b>Lucros em operações financeiras</b>	<b>247.994.508</b>
Prejuízos em operações cambiais	5.309.900	Lucros em operações cambiais	247.460.604
Prejuízos em outras op. Financ.	0	Lucros em operações financeiras	533.904
<b>Gastos Gerais Administrativos</b>	<b>414.940.847</b>		
<b>Custos com o pessoal</b>	<b>345.841.073</b>		
Remunerações	125.404.463		
Encargos sociais	193.459.082		
Outros custos com o pessoal	26.977.528		
<b>Fornecimento de serviços de terceiros</b>	<b>69.099.774</b>		
Fornecimento de terceiros	9.943.264		
Serviços de terceiros	59.156.510		
<b>Custos c/ emissão e amort. de notas</b>	<b>36.798.517</b>		
<b>Outros custos e prejuízos</b>	<b>10.664.085</b>		
<b>Amortizações do exercício</b>	<b>31.700.700</b>		
<b>Provisões do exercício</b>	<b>0</b>	<b>Reposição de provisões</b>	<b>0</b>
Para activos sobre o exterior	0		
Para riscos diversos	0		
<b>Total de Custos</b>	<b>517.639.882</b>	<b>Total de Proveitos</b>	<b>1.063.817.786</b>
<b>Perdas Extraordinárias</b>	<b>14.214.978</b>	<b>Ganhos extraordinários</b>	<b>3.152.139</b>
<b>Total de custos perdas</b>	<b>531.854.860</b>	<b>Total de proveitos e ganhos</b>	<b>1.066.969.925</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>535.115.065</b>		

### 3.3 Análise da Demonstração de Resultados do Exercício

O exercício de 2000 apresenta um resultado de exploração positivo de 535.115.065\$00 que traduz, relativamente ao ano anterior, uma variação positiva de 447.753.007.

O quadro “Síntese Comparativa de Resultados” permite avaliar a evolução das principais componentes da “Demonstração de Resultados do Exercício” nos anos de 1999 e 2000.

#### Síntese Comparativa dos resultados,2000/1999

Designação	Dezembro 00	Dezembro 99	Variação
<b>Proveitos e ganhos</b>			
<b>Proveitos de exploração</b>	<b>1.063.817.786</b>	<b>1.242.389.917</b>	<b>-178.572.131</b>
Juros e proveitos equiparados	790.572.980	872.301.311	-81.728.331
Lucros em operações financeiras	247.994.508	138.704.764	109.289.744
Comissões e out. Prov.e lucros	25.250.298	231.383.842	-206.133.544
Reposição de provisões	0	0	0
<b>Ganhos extraordinários</b>	<b>3.152.139</b>	<b>4.548.284</b>	<b>-1.396.145</b>
<b>Total de proveitos e ganhos</b>	<b>1.066.969.925</b>	<b>1.246.938.201</b>	<b>-179.968.276</b>
<b>Custos e Perdas</b>			
<b>Custos de exploração</b>	<b>517.639.882</b>	<b>1.153.157.235</b>	<b>-635.517.353</b>
Juros e custos equiparados	11.973.516	16.967.808	-4.994.292
Comissões e out. custos bancários	6.252.317	2.971.433	3.280.884
Prejuízos em operações financeiras	5.309.900	8.821.757	-3.511.857
<b>Gastos gerais e administrativos</b>	<b>414.940.847</b>	<b>363.841.877</b>	<b>51.098.970</b>
<b>Custos com o pessoal</b>	<b>345.841.073</b>	<b>292.126.775</b>	<b>53.714.298</b>
Remunerações	125.404.463	109.253.356	16.151.107
Encargos sociais	193.459.082	172.714.179	20.744.903
Outros custos c/pessoal	26.977.528	10.159.240	16.818.288
<b>Fornecimento de serviços de terceiros</b>	<b>69.099.774</b>	<b>71.715.102</b>	<b>-2.615.328</b>
Fornecimento de terceiros	59.156.510	55.009.634	4.146.876
Serviços de terceiros	9.943.264	16.705.468	-6.762.204
Custos c/ emissão e amort. notas	36.798.517	15.313.546	21.484.971
Outros custos e prejuízos	10.664.085	14.997.172	-4.333.087
Amortizações do exercício	31.700.700	28.654.252	3.046.448
Provisões do exercício	0	701.589.390	-701.589.390
<b>Perdas extraordinárias</b>	<b>14.214.978</b>	<b>6.418.907</b>	<b>7.796.071</b>
<b>Total de custos e perdas</b>	<b>531.854.860</b>	<b>1.159.576.143</b>	<b>-627.721.283</b>
<b>Resultado de exploração</b>	<b>546.177.904</b>	<b>89.232.682</b>	<b>456.945.222</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>535.115.065</b>	<b>87.362.058</b>	<b>447.753.007</b>

Os **Proveitos e Ganhos** tiveram variações motivadas :

- pela diminuição de 81.728.331\$00 em Juros e Proveitos Equiparados, que se justifica pelo decréscimo dos juros de Financiamento ao Estado em virtude da conversão de créditos representados por Protocolos em Títulos da Dívida Pública, conforme Portaria nº 36/99 de 23 de agosto de 1999.
- pelo acréscimo de 109.289.744\$00 em Lucros de Operações Financeiras explicado pelo aumento verificado nos lucros cambiais de Depósitos à Ordem no estrangeiro em virtude da valorização do dólar no mercado, em relação ao ano anterior;
- pela diminuição de 206.133.544 em Comissões e Outros Proveitos resultante do reconhecimento de ganhos cambiais não realizados em 1999, no montante de 199.113.000\$00 e, da constituição de provisões para menos valias para o ano 2000, que não foram utilizadas, da ordem dos 47.701.000\$00;
- pelo decréscimo de 1.396.145\$00 nos Ganhos Extraordinários.

Os **Custos e Perdas** variam em relação ao ano anterior em virtude:

- do decréscimo de 4.994.292\$00 em Juros e Custos equiparados, resultante do aumento de juros de Responsabilidade para com o exterior-ME;
- do aumento de 51.098.970\$00 em Gastos Gerais Administrativos motivado pelos aumentos verificados nas rubricas encargos sociais (20.774.903\$00) e outros custos com o pessoal (16.818.288\$00);
- do acréscimo de Custos com Emissão e Amortização de Notas em 21.484.971\$00 devido ao início da amortização de notas de 2000\$00 e 5000\$00, respectivamente.
- da redução dos Custos de Exploração em 701.589.390\$00, reflectindo, por um lado, o esforço financeiro que se fez, no sentido da constituição de provisões para créditos irrecuperáveis até 1999 e, por outro, a constituição de provisões para anular o reconhecimento de mais valias não realizadas.

- da variação positiva de 7.796.071\$00 em Perdas Extraordinárias que reflecte a regularização de situações antigas

### **3.4 Auditoria**

O Balanço e a demonstração de Resultados do Banco de Cabo Verde, referentes a 31 de Dezembro de 2000, foram auditados pela firma BDO Binder & Cº.

## **Órgãos de Administração:**

### **GOVERNADOR**

**Olavo Avelino Garcia Correia**

### **VICE-GOVERNADOR**

**Manuel Pinto Frederico \***

### **ADMINISTRADORES**

**Vasco Pedro Monteiro Marta**

**Maria Encarnação Alves Rocha**

*\* A partir de 14 de Maio de 2001*